

5. *Histórias-mundo, sátira e a encenação do pathos do herói.*

Na sequência das transformações culturais e econômicas que dominaram o reino português, entre o final do século XV e a segunda metade do século XVI, as “conquistas” foram tematizadas em diferentes registros, sinalizando, além do ênfase comum às letras da história e dos relatos de caráter epídico das formas de representação dos gêneros letrados, as marcas indeléveis da mudança social e da crise que se abatia sobre o reino e o império. Por volta de 1530-1540, o poeta Sá de Miranda lembraria aos públicos letrados de sua obra, o enorme desgaste proveniente das carreiras da Índia. Em poema dedicado ao conde António Pereira, Sá de Miranda escreveu:

Não me temo de Castela,
Donde inda a guerra não soa,
Mas temo-me de Lisboa
Que, ao cheiro desta canela,
O Reino nos despoeva.
E que algum embique e caia
Falar por aquela praia
Da grandeza de Cambaia,
Narsinga das torres d'ouro.
Ouves, Viriato, o estrago,
Que vai dos teus costumes?
Os leitões, mesas, os lumes,
Todo cheira: eu óleos trago;
Vem outros, trazem perfumes,
E ao bom traje dos pastores
Com que saíste à peleja
Dos Romanos tão vencedores,
São mudados os louvores:
Não há quem t'haja inveja.
Entrou, há dias, peçonha
Clara pelos nossos portos,
Sem que remédio se ponha:
Uns dormentes, outros mortos.
Alguém pelas ruas sonha.
Fez no começo a pobreza
Vencer os ventos e o mar,
Vencer quase a natureza:
Medo hei de novo à riqueza
Que nos venha a cativar (SÁ DE MIRANDA, 1677: 202).

Também Camões, que viveu em Goa durante parte de sua vida, escreveria críticas à forma da organização política, ao descalabro dos costumes e aos excessos cometidos por autoridades lusas na governança de além-mar.

Quem pode ser no mundo tão quieto,
 Ou quem terá tão livre o pensamento,
 Quem tão experimentado e tão discreto,
 Tão fora, enfim, de humano entendimento
 Que ou com público efeito, ou com secreto,
 Lhe não revolve e espante o sentimento,
 Deixando-lhe o juízo quase incerto,
 Ver e notar do mundo o desconcerto?

Quem há que veja aquele que vivia
 De latrocínios, mortes e adultérios,
 Que ao juízo das gentes merecia
 Perpétua pena, imensos vitupérios,
 Se a Fortuna em contrário o leva e guia,
 Mostrando, enfim, que tudo são mistérios,
 Em alteza de estados triunfante
 Que, por livre eu seja, não espante?

Quem há que veja aquele que tão clara
 teve a vida que em tudo por perfeito
 o próprio Momo às gentes o julgara,
 ainda que lhe vira aberto o peito,
 se a Má Fortuna, ao bem somente avara,
 o reprime e lhe nega seu direito,
 que lhe não fique o peito congelado,
 por mais e mais que seja experimentado? (CAMÕES, on-line).

A ambos os poetas, em comum, havia a perspectivização dos danos e malefícios que acompanhavam as conquistas ultramarinas. Grande parte das letras portuguesas dos Quinhentos tematizou as relações evidenciadas entre a virtude e a cobiça que traziam as naus de mercadorias ao porto de Lisboa. Nesse sentido, sendo as letras do período, miméticas e exemplares, os gêneros cumpriam protocolos morais e estéticos de educação dos afetos cortesãos. Num nível mais pragmático e ético do desempenho das letras escritas sobre a afirmação comercial ibérica nos mares e territórios da África, Ásia e América, a questão dos valores e virtudes, bem como a natureza material do empenho cristão junto às conquistas marítimas serviam como fundamento para uma reflexão acerca das mobilizações dos afetos e virtudes, vistos a partir da crescente mercantilização e monetarização das relações humanas.

Infiltrada em todas as relações instituídas e colaterais, advindas das transformações globais iniciadas no século XVI, a conexão entre a volatilidade dos pertencimentos éticos e estéticos a determinada ordem social, bem como a concepção de *aventura*, subsumida nos enlances protagonizados pelos agentes colonizadores, não deixaria de ser notada com sutileza e perspicácia em diversos autores, mais destacadamente por João de Barros, que em diversos lugares de suas obras reforçava a correlação entre natureza e artifício, nomeando as artes do cultivo

e a moral como contrapontos inconfundíveis e necessários às enfermidades morais sobrelevadas pela corrupção dos caracteres, diante do aumento de poder e riquezas concernentes aos ganhos trazidos pela expansão imperial¹.

No diálogo intitulado *Rópicapnefma*, ou seja, *A mercadoria espiritual*, de 1532, escrito durante o auge de sua produção letrada, enquanto se retirava da vida cortesã, após o terremoto de Lisboa, de 1531, em sua quinta no Vale do Alintém, Barros afirmava suas concepções humanistas a respeito da religião e do cultivo de si². Muito próxima à estrutura fantasiosa de *Elogio da Loucura* (1511), de Erasmo de Roterdão, e *Utopia* (1515), de Tomás Morus, o colóquio de João de Barros desenvolve o diálogo entre três personagens alegóricos, a Vontade, o Entendimento e o Tempo, que discutem contra a Razão e propõem a venda de *mercadorias espirituais* – os sete pecados: soberba, avareza, luxúria, ira, inveja, gula e preguiça -, contra a sensatez, a prudência e a razoabilidade do pensamento.

Nele, discute-se, como afirmou António Alberto Banha de Andrade, “construindo uma parábola dentro de uma alegoria”³, os três graus de heresia: a dúvida na imortalidade da alma, a dúvida se haveria pena ou glória no outro mundo

¹ A cobiça, vista como um desejo imoderado por riquezas, além de ser um pecado capital, ainda era entendida como um elemento central para a corrupção da República. Na Época Moderna, a crítica ao amor excessivo ao dinheiro se faria lugar-comum nas obras de caráter civil e religioso. Barros, além dos diálogos das décadas de 1530-1540, determina, em diversas passagens da *Ásia*, que o apego à fortuna correspondia à ruína da empresa ultramarina. Nesse aspecto, toda a crônica constitui-se de um elogio às virtudes da ação – dos apetites moderados e regidos pela prudência, pela justiça e pelo zelo às conquistas de el-Rei. Na ordem da longa duração da escrita da *Ásia*, o segundo autor da crônica, Diogo do Couto, deitaria lições mais virulentas contra os apetites tirânicos de alguns governadores e o desmazelo com que os serviços prestados à Coroa eram recompensados. Na linguagem política do período, não se tratava de uma crítica ao apego às riquezas por si mesmas, mas à falta de consciência – que o apego propiciava – à aplicação das benesses merecidas por cada membro do império. Couto, em particular, ressentia-se por não ser galardeado pelo trabalho de soldado e letrado, reconhecendo que muitos, por pouco que tivessem realizado naquela empresa das Índias, estavam melhor amparados que ele, que havia lhe escrito uma história. Para uma leitura sobre o conceito de *corrupçam* na ordem moral e jurídica do Império Português, ver Adriana Romeiro. “O governo dos povos e o amor ao dinheiro”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2015, vol. 51, pp. 107-121.

² Sobre as edições do *Ropicapnefma*, de João de Barros, e o antijudaísmo português do século XVI, inserido na cultura humanista do reino ver, entre outros, Américo da Costa Ramalho. “Ropicapnefma: um bibliónimo mal enxertado”, *Humanitas*, Coimbra, n. 27, 1975, pp. 201-208; Rubens Leonardo Panegassi. “Os artificios da perfeição: João de Barros por Manuel Severim de Faria”, *História (São Paulo)*, 2014, n. 171, pp. 175-212; Jorge Osório. “Plutarco revisitado por João de Barros”, *Ágora. Estudos clássicos*, Lisboa, 2001, pp. 139-155; Carolina Pereira Vicente. *Dois diálogos no Renascimento português: João de Barros e Gândavo*. Dissertação de Mestrado: UFRJ, 2008; Fábio André Han. *A pureza da fé. O antijudaísmo pacífico de João de Barros no Portugal quinhentista*. Tese de Doutorado: UFF, 2009.

³ Ver ANDRADE, António Alberto Banha de. *Contributos para uma história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

e qual haveria de ser a lei mais justa, a muçulmana, a judaica ou a cristã (HAHN, 2009: 2714). Proibida pelo Santo Ofício e incluída, em 1581, no *Index* de livros proscritos à circulação e leitura cortesã, o *colóquio* escrito por Barros, surge complexo e sem uma unidade de intenção discernível, como propuseram Israel Révah (1952: XXIX) e Ana Isabel Buescu (1996: 12). De caráter instrutivo e satírico, *Rópicapnefma* sintetizava as características basilares do discurso satírico que, como argumenta João Adolfo Hansen:

Não imita supostos “fatos” da empiria, mas encontra a realidade de seu tempo como sistema simbólico convencional de preceitos técnicos, verossimilhanças e decoros partilhados por sujeitos de enunciação, destinatários e públicos empíricos [acumulando] duas funções simultâneas e complementares, com as quais Robert Weimman propôs as imagens do teatro de Shakespeare: é *mimética* ou *representativa*, figurando assuntos do referencial do lugar segundo preceitos técnicos do gênero cômico reciclados da tradição retórico-poética grega e latina; e *judicativa* e *avaliativa*, especificando, nos estilos que dão forma à enunciação, temas e destinatários, as posições interpretativas que permitem receber e avaliar adequadamente as representações. Com outras palavras, a representação deforma os temas e, simultaneamente, evidencia os critérios técnicos construtivos da perspectiva pela qual devem ser avaliados (HANSEN, 2003: 69-70).

Ao trazer na voz da Razão os argumentos desabonadores das más-condutas de seu tempo, João de Barros satirizava aos seus contemporâneos, na mesma medida em que julgava a respeito de matéria política. No mesmo período em que foi escrito o diálogo, a política de D. João III com relação aos cristãos-novos havia sido dirigida pela orientação de expurgos, mediante os quais, estes ficavam impedidos de deixarem o reino, desfazerem-se de seus bens e exportarem capitais para outros circuitos financeiros da Europa, levando a diversos motins nas cidades portuguesas e saques às propriedades móveis e imóveis de cristãos-novos⁴. Como é bem sabido da historiografia, o financiamento das carreiras da Índia estava repleto de capitais e crédito apoiado nas atividades mercantis e financeiras de cristãos-

⁴ Ver BRAGA, Isabel Drumon. *Bens de hereges. Inquisição e cultura material, Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012; Isabel Drumond Braga. “Uma estranha diáspora rumo a Portugal: judeus e cristãos-novos reduzidos à fé católica no século XVII”, *Sefarad*, 2002, n. 62, pp. 259-274; ROWLAND, Robert. “Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição”, *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 20, vol. 11, 2010, pp. 172-188; TAIM, José Alberto Rodrigues da Silva. “Tempo de judeus e mouros. Quadro da relação entre judeus e muçulmanos no horizonte português (séculos XVI e XVII)”, *Lusitania Sacra*, 2013, n. 27, pp. 59-79; RODRIGUEZ, Santiago López. “Persecución y expulsión de los judíos fuentes históricas y literárias en la Península Iberica (siglos XIV-XV)”, *Vegueta*, Ilhas Canárias, 2017, n. 17, pp. 175-197.

novos e judeus. Com o advento da Inquisição em território português, em 1539, a orientação pragmática, sempre tomada pelo Paço da Ribeira com relação às diferenças religiosas entre cristãos e judeus, seria modificada por uma violenta repressão às heresias.

Sendo eminentemente política, moral e pedagógica a atividade dos letrados, Barros investivava, por meio deste e de outros diálogos, determinadas relações de concatenação entre a doutrina política e religiosa. Entendendo-se política no sentido de uma arte, cuja finalidade seria obter, manter e expandir o poder, “prescrevendo a ordenação ética da ação dos corpos subordinados, por meio do conceito mercantilista de ‘interesse’”, opondo-se, de antemão, às teses maquiavélicas e luteranas do Estado, definindo-se com o que cada parte do corpo social do reino deveria se contentar, “garantindo a paz do todo como condição para efetivar os interesses particulares de cada parte”, com o qual se manteria, em teoria, de acordo com as virtudes católicas e a ordem das várias circunstâncias hierárquicas da vida, “a coesão pacífica do corpo político do Império como ‘bem comum’” (HANSEN, 2003: 70). Definia-se, nas entrelinhas do diálogo de Barros, como recordou Israel Révah e Charles Boxer, algo maior do que a preocupação a respeito da subjugação de importantes fontes de investimentos comerciais, provenientes das rendas de cristãos-novos e judeus, o qual poderia acarretar sérios problemas de liquidez aos negócios da Ásia, mas também, e, em idêntica medida, uma crítica eloquente à mercantilização de amplos aspectos da vida anímica e material da sociedade portuguesa.

No início do século XVII, Diogo do Couto, guarda-mor da Torre do Tombo de Goa e cronista-continuador do livro de João de Barros, a *Ásia*, trataria com maior amargura dos resultados práticos e mentais acarretados pelas paixões da cobiça, inveja e destemperança, na administração do Estado da Índia. Desvelando, tanto na historiografia de sua lavra quanto no diálogo satírico *O soldado prático* (1612), os excessos, corrupção e desmazelo com que eram tratados assuntos de Estado, na figura sempre elíptica de governadores que, indo e vindo a cada quatro anos nas embarcações que os traziam de Portugal, “buscavam com ligeireza enriquecer, sem mais coisa alguma semear”. Semeando as letras das conquistas, tanto do ponto de vista local quanto da perspectiva global que assume o império português nos Quinhentos, os cronistas – que desempenhavam seus papéis de letrados através de outros gêneros e estilos - atribuíam cores vivas às descrições e fabulações tanto do

elogio dos feitos imperiais, quanto do *vitupério* às consequências deletérias das injustiças e corrupções abundantes e onipresentes ao redor do império português, dando forma e pigmento ao *desconcerto do mundo*, fosse *topos*, fosse experiência empírica da colonização.

5.1. Guerra, Amor e Civilidade: Afonso de Albuquerque descrito por João de Barros.

“Amor, Favor e Temor”, com estas palavras, João de Barros inicia o prólogo de sua *Crônica do Emperador Clarimundo, donde descendem os Reis de Portugal*, através do qual se dirige ao príncipe D. João III, na ocasião da publicação do livro, em 1522, aclamado rei pelas cortes. Segundo Barros,

Amor, Favor e Temor [...] têm tanta força em totalas cousas, e às vezes huma com todos. E assim como o primeiro há de permanecer com nossa alma, assi antecede os dois nas obras que neste mundo faz; que logo leva huma ordem firme, hum concerto seguro, huma liberalidade franca, que os outros não têm (BARROS, [1522] 1791: 5).

Amor e amizade são categorias-chave da comunicação política portuguesa do século XVI⁵. Na medida que a modernidade reformulou seus códigos e conceitos, abstraindo das relações políticas e econômicas os afetos e paixões reguladas pela ética e a retórica aristotélicas, conforme demonstrou Albert Hirschman⁶, modificou-se, desta maneira, a atenção dirigida às paixões pelos

⁵ Segundo Pedro CARDIM: “Os atos de criação tanto do mundo quanto dos seres humanos tinha tudo a ver com o amor [...]. A esse respeito, o frade jerônimo Heitor Pinto lembrava que o grego Agrigento, “insinhe phylosopho que foy do grande Phytagoras, diz que o mundo consta de Amor & de paz, porque pera se gerar qualquer cousa natural ham de concorrer todos os quatro elementos & unir-se em concórdia”, uma recordação que nos recorda que os cristão aproveitaram esta crença pré-cristã no poder unitivo do amor, a qual remontava, pelos menos, à Antiguidade Grega. Porém, não há dúvida de que a teologia cristã acabou por realçar bastante o caráter gracioso deste gesto divino, e no quadro do Cristianismo sempre afirmou que o mundo fora posto em ato por uma contingente deliberação divina, para além de que tal ato criador também dotara esse mundo de uma ordem, ou seja, dotara a natureza de leis eternas e imutáveis, as quais encaminhavam o mundo para um determinado fim”. CARDIM, Pedro. *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 129-130. Ver, também, GANDILLAC, Maurice de. “O Amor na Idade Média”. In: *O desejo*. A dauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 197-208.

⁶ Ver HIRSCHMAN, Albert. *As paixões e os interesses. Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*. São Paulo: Record, 2002.

interesses regulados por uma ética competitiva do capitalismo industrial, formas passionais de enlaces objetivos e subjetivos entre os membros sociais, que se esgarçaram, originando outros regulamentos, também eles retóricos. Barros e os personagens que se apresentam em sua crônica eram contemporâneos de linguagens que codificavam a representação social, segundo a maior ou menor conformidade ao regramento e às normas legítimas prefiguradas no Direito Natural. Sendo assim, não apenas o estabelecimento natural da ordem social, concebida como imutável e eterna, eram válidos como mecanismos de manutenção e apreensão do universo cultural experimentado, como também as relações recíprocas e hierárquicas admitidas entre os sujeitos.

Descritos os modos de afirmação do Poder Real, mediante a prática não-simulada do Amor por seus súditos, do Favor em relação daqueles que operavam em benefício do Estado e do Temor, quando as divergências do momento exigissem reparações e o reestabelecimento da ordem natural, João de Barros ainda recordava a D. João III que a soberania de seu reinado e dos negócios de seu Estado dependiam não só da Providência, como também do esforço hercúleo de aproximar-se das aquisições intelectuais, estéticas e morais do século que os assistia. Na presença real de D. João III e D. Maria, aos quais dirigia seus respectivos panegíricos, nos anos de 1531 e 1533, o tom vocal da narrativa afirmava a imprescindibilidade de o Poder Régio manter-se atinente à cultura humanista, visto que apenas partindo do esclarecimento vindo das letras e do subsídio destas naquele reino, poder-se-ia prosperar um ambiente moral e regulado do bem-querer ao bem comum da república.

Entende-se perfeitamente o argumento central das teses evocadas por Barros e escritas durante os decênios de 1530 e 1540, as quais se somam à crônica da *Ásia*, dos anos de 1552, 1553 e 1563. Baseando-se no argumento de que o *príncipe perfeito* sustinha-se com base na educação dos *studios humanitatis*, a perfeita harmonia entre os súditos do reino e a administração do império decorreria do exemplo advindo daquele que governava. A Barros interessava pensar a correlação plausível entre uma república das letras & armas, na qual o lustre do entendimento não pudesse ser, sob quaisquer condições, obnubilado pela torpeza dos defeitos e vícios contrários à ordem e clareza dos sentidos e do pensamento.

Em sua concepção de história, tais manifestações afetivas buscavam preencher, como que filtrando os desacordos e incongruências, desafetos e

desaforos, cometidos aos e pelos agentes conquistadores, *caindo a parede do edifício da história*, como definiu o cronista no prólogo de sua primeira *Década da Ásia*, sem deixar que determinadas incorreções de caráter pudessem, na representação, macular o conjunto de sua obra, cujo serviço se destinava a dois propósitos: representar as virtudes para que estas fossem aprendidas e emuladas pelo público e apresentar o *mundo* conquistado por armas e milícias portuguesas, sob a forma global atingida pelo império em todas as suas filigranas. Entre o local e o global da história representada nas letras de Barros, o cronista advertia para a atinência a determinado protocolo da escrita da história que, não negando ou recusando a verdade, não aceitava, contudo, que a fiel descrição dos fatos decorridos contaminasse a própria representação, prevista e regulada nas artes retóricas e poéticas.

Desse ponto de vista, a narratividade da crônica previa a concatenação lógica, retórica e patética dos textos, que se desdobravam em múltiplos segmentos, os quais, dentre eles, incluíam-se, além da representação heroica dos sujeitos de ação da história, formas narrativas emprestadas às informações, tratados de marear, cartas, crônicas de reinos alhures e corografias. Apesar da consistente arregimentação de fontes impressas e manuscritas que consubstanciam a escrita da *Ásia*, Barros atentava-se às fontes orais e visuais que pudesse trazer próximo de si, através de sua ampla rede de amizades e contatos marítimos, os quais o cargo de feitor da Casa da Índia lhe proporcionava. Oralidade e visualidade que, por um lado, emprestava ao cronista as cores e formas com as quais preencher seus livros e, por outro, dificultava-lhe o ofício, entendendo-se, como lembrava o próprio Barros, haver inúmeras murmurações e falsidades que caberiam ao próprio selecionar e corrigir em favor da verdade da história.

As descrições dos governos do Estado da Índia, de D. Francisco de Almeida e seu sucessor, Afonso de Albuquerque, constantes da *Década Segunda da Ásia*, são o melhor exemplo da prática e concepção historiográficas de João de Barros. Na crônica medieval, cronista e relato não se distinguiam da figura do mecenas que ordenava a escrita da história e, apenas excepcionalmente, pode-se compreender que a crônica de Fernão Lopes, a respeito do reinado de D. João I, seja um fenômeno distante daquele observado na cultura letrada quatrocentista portuguesa. Diferente disso, a relação de obras escritas no Portugal de Quinhentos demonstra o crescente distanciamento do cronista de seu empregador. João de Barros, enquanto

funcionário régio da mais alta administração dos negócios da Índia, não poderia ser comparado estatutariamente a Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina. Além de jamais ter alcançado a função de cronista-mor do Reino, o autor da *Ásia* encontrava-se completamente comprometido com um ideal de homem letrado renascentista que não mais condizia com a forma anterior de se praticar o ofício de *escrituração*.

Barros mostrava consciência de realizar um feito discrepante das convenções letradas portuguesas ao afirmar, no prólogo do primeiro volume de sua crônica, que oferecia aquele relato como expressão de sua própria vontade e gratidão ao dono daqueles feitos. E sendo, portanto, no seu dizer, mais admiráveis aquelas coisas que se *geram por engenho e arte* do que aquelas que a natureza fabricava, a operação historiográfica realizada mediante o registro dos feitos pátrios na conquista dos mares e territórios orientais acentuava uma relação afetiva e compromissada com o bem-comum e felicidade da república. E para conduzir a representação desta república ultramarina e os senhorios a ela pertencentes nos mares do globo terrestre, Barros alinhavava uma ordem moral e estética, colocada em ação em seu texto, através do desfile de fidalgos e nobres, capitães e governadores, príncipes africanos e hindus, mouros e chineses, líderes religiosos e bruxos. Sucessão incrível de sujeitos, ligados entre si pela cronologia do avanço ibérico nos mares, representando uma imagem que buscava construir uma espécie de sincronia total dos povos originários da Criação.

Semelhante à concepção de *politeia* divulgada por Fernão Lopes, a Barros caberia igualmente as palavras com as quais Luís de Souza Rebelo definiu o cronista da Dinastia de Avis, para o qual, no plano ético, esta era “não só uma forma de governo, mas também uma forma de conduta ou um sistema de ética social, assim como um modo de atribuir cargos públicos” (*apud* MALEVAL, 2010: 26). Acrescente-se à definição de justiça distributiva a noção de enlace afetivo alcançado por meio do exercício do entendimento e da gratidão, personificadas através do amor e da amizade. Em Barros, as ligações amorosas, que definem o ligamento entre os sujeitos que representam as funções administrativas do Império, ocorre em relação à atenção e zelo dispensados ao *acrescentamento dos títulos de sua Majestade*. Conquanto em Fernão Lopes, a elaboração estética da narrativa advogasse uma história feita, em grande medida, pela arraia-miúda, em que os feitos dos grandes do reino se equiparavam à forma disforme das massas do povo, Barros

nomeia uma extensa genealogia de nobres e funcionários do Estado, transformando, como advertia no Livro VI da obra publicada em 1552, a *crônica na campa de suas sepulturas*.

Nomear aos sujeitos de ação da crônica era mais do que confiar-lhes um lugar na narrativa dos acontecimentos, senão que lhes forjar uma estatura diante da qual a experiência instrutiva da história tivesse por efeito seduzir e persuadir aos leitores, mas também dar *fama e galardão* aos membros das famílias os quais estes representavam. Numa sociedade aristocrática, firmada sob os mecanismos representativos da honra e da glória, Barros repudiava àqueles que acrescentavam volume às suas fortunas, sem os meios lícitos das virtudes cavalheiresca, mercantil e, sobretudo, daquela que demonstrasse afeição aos livros e aos estudos das coisas naturais, mecânicas, intelectuais e espirituais. O próprio cronista usa-se como prova disso. Sucessivamente funcionário da Coroa, letrado e homem de negócios, era ele, acima disso, *reconhecido* como nobre e erudito, mesmo que sua ascensão social não proviesse das elites da terra, mas dos negócios públicos e privados os quais detinha.

Em grande parte da *Ásia*, tal afeição pela glória conquistada, mostra a clareza da consciência do cronista diante do prestígio social e econômico adquirido por uma nobreza de serviços ao Estado, associada a uma elite mercantil de laços sanguíneos não muito antigos, que lhe parecia ser mais eficaz e devota ao projeto expansionista manuelino e joanino, enquanto que inúmeras famílias fidalgas, mais antigas no chão do reino, permaneciam inarmônicas com a Coroa, associadas suas imagens e interesses às maquinações políticas com o reino de Castela que, sempre pairando sob a atmosfera de Portugal, representava o risco iminente de guerra e invasão estrangeira⁷.

⁷ Sobre os usos políticos da história e da genealogia em João de Barros, ver: PANEGASSI, Rubens Leonardo. “As *Décadas da Ásia*: a questão da escrita da história e sua dimensão política”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2010. E, também, o artigo de CARVALHO, Ricardo Souza de. “Entre histórias: a leitura das *Décadas* de João de Barros na metrópole e na América portuguesa”, *Boletim do CESPE*, Belo Horizonte, 2000, n. 26, vol. 20, pp. 37-48. Para um panorama da historiografia renascentista nos séculos XV e XVI na Europa, ver *Chronicling History: chroniclers and historians in Medieval and Renaissance*. DALE, Sharon; WILLIAMS, Alison e OSHEIM, Duane (Orgs.). Pensilvânia: Pennsylvania State Press, 2007; BENTLEY, Jerry H. *Politics and Culture in Renaissance Naples*. Princeton: Princeton University Press, 2014; HARTOG, Marlisa den. “Why we need to lose the *Renaissance* as a means of periodization”, *Historisch Tijdschrift Groniek*, Leiden, 2015, pp. 91-102; BOS, Jacques. “Renaissance historicism and the model of Rome in florentine historiography”. In: *Ancient Models in the Early Modern Republican Imagination*. VELEMA, Wyger e WESTSTEIJN Arthur (Orgs.). Boston: Brill, 2018.

Nos dez livros que compõem a *Segunda Década da Ásia*, a representação da economia amorosa da sociedade portuguesa se mostra como algo que atravessa a formação do império marítimo mediante o antagonismo entre D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, os heróis conquistadores dos mares do Oriente. Nestes, a definição dos caracteres emulava, tanto as definições previstas nos tratados da Antiguidade, tais como *Ethica a Nicômaco*, de Aristóteles, *Caracteres*, de Teofrasto e *As vidas*, de Plutarco, quanto a gramática moral e patética – do *pathos* – definidas nas letras greco-romanas de Homero e Virgílio. Seguindo a tradição prosopográfica antiga, Barros formulava o caráter dos vice-reis, revelados quando em ação, com a admissão do propósito de afirmar a pertinência do enlace e das virtudes germinadas através da união da razão e da força, da amizade e do amor.

Nomear aos sujeitos da ação equivalia a dar cores às estruturas de parentesco e clientelismo que sustinham o império do Ultramar e a própria organização natural e civil da república. Em última instância, a deferência do cronista com relação a representação do caráter heroico dos personagens de sua *história-epopeia*, especialmente ao dos vice-reis Francisco de Almeida e Albuquerque, silenciando sobre as contendas e rivalidades entre ambos os almirantes, devia-se ao desdobramento da virtude demonstrada em cada um deles, a qual não poderia ser dissociada da imagem real daquele que, em Lisboa, detinha o mundo das especiarias em suas mãos.

D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei do Estado da Índia (1505-1509), possuía relações de *privança* junto ao rei D. João II, e notabilizou-se, no campo militar, na Batalha de Toro, em 1496, quando Portugal interferiu em favor dos direitos da rainha consorte de Portugal, D. Joana, a Beltraneja, na disputa pela sucessão do trono de Castela, pretendido por Fernando de Aragão. Em 1505, D. Manuel o expediu à Índia como vice-rei, com plenos poderes para a imposição da presença ibérica no Mar Índico. Junto à frota, D. Francisco de Almeida levava o *Regimento de governaçam*, no qual o rei instruía a representação do vice-reinado a estabelecer fortalezas em Sofala e Quíloa, e a fazer guerra contra o soberano de Calecute. Ainda, recomendava-se que se estabelecesse relações de favor e amizade aos reis de Cochim e Cananor.

As primeiras pedras do alicerce da presença militar e marítima portuguesa no Oceano Índico são devidas às políticas e estratégias bélicas lideradas pelo vice-rei. Nas crônicas de Damião de Góis e Fernão Lopes de Castanheda, a narrativa

dramática do governo de Francisco de Almeida com relação à chegada de Afonso de Albuquerque, com ordens régias de lhe entregar o governo da Índia, em 1509, são menos oblíquas do que na crônica de João de Barros. A construção do caráter de ambos os governadores remete a uma singular economia afetiva que, buscando a harmonia entre os tipos, não deixava de mostrar as diferenças subjetivas entre ambos os representantes portugueses no Oriente. Trata-se de uma regulação de maior e menor *thymos*, o *pathos* da ira, e, por conseguinte, da qualidade e da forma com a qual a descrição dos caracteres de cada personagem atingiriam os leitores da história da Ásia.

Albuquerque, *o leão dos mares*, adquiriu o direito ao governo da Índia como forma de recompensa aos serviços prestados à Coroa. Distinto na área militar, participou, assim como D. Francisco de Almeida, da Batalha de Toro, de uma expedição naval à Itália para combater os turcos-otomanos em Otrante (1480) e comandou durante vários anos a fortaleza de Arzila, no Marrocos. Geneviève Bouchon não economiza em adjetivos para definir a imagem da biografia de Albuquerque: “A vida Albuquerque se apresenta como uma paisagem sob um nevoeiro” e, complementa, “onde brilha seus feitos militares, uma paisagem que se torna clara ao fim do dia, quando o sol ilumina os detalhes no horizonte” (BOUCHON, 1992, s/p). Esse brilho e o aspecto fugidio e áspero com que sua imagem se apresenta na crônica de Barros, iluminava, a partir das descrições formais da ação militar, tanto aos sentidos dos leitores quanto a aprendizagem das virtudes.

Enquanto a configuração do *ethos* de D. Francisco de Almeida respeitava a parcimônia e harmonia das paixões e virtudes, sintetizando a prudência exigida aos administradores da Índia, Barros define o caráter de Albuquerque através de paixões negativas, como a cólera e a ira, que apenas se positivam diante da execução de seus planos em favor do reino e do comércio de especiarias. Nisso, a questão da guerra seria fundamental para a descrição da ação e do caráter do herói. O *fazer guerra* constituía-se em emprego legítimo das armas frente à conquista das reservas e do monopólio comercial no Mar Índico e, desde a primeira metade do século XVI, letrados europeus vinham produzindo um entendimento acerca das potencialidades da guerra marítima. Em 1516, o francês Antoine de Conflans imprime o *Les faiz de la marine et navigaiges*; em 1530, o espanhol Alonso de Claves publica sua obra *Quatri partitu in cosmographia practica – Espejo de Navegante*; em 1550,

Cristoforo Da Canal, veneziano, imprime *Della Milizia Marittima* e, em 1555, imprimia-se em Coimbra, o livro do sacerdote e humanista Fernando Oliveira, *A arte da guerra no mar*⁸.

Dividido em duas partes, o tratado de Fernando Oliveira discutia as potencialidades da guerra marítima e sua justificativa para a conquista e manutenção do império. A introdução esclarece os princípios justificados no texto e assinala para a necessidade de se realizar estudos sobre as condições e estratégias sobre combates em alto-mar. Citando Platão, Aquino, Luciano, Salústio, Diodoro Sículo e Agostinho, demonstrava que o uso de armas era necessário para a manutenção da paz da república. Ao desenvolver este argumento, ainda defendia as condições para a guerra, que deveriam ser legítimas e pertinentes às virtudes cristãs, i. e., ataques defensivos e de conquista aos povos infiéis.

A guerra posto que justa, não se pode fazer, senão per mandado de Rey ou Principe, ou pessoa encarregada de governança e defesam dalgun povo sem voz em ter outro superior, porque a este he cometida a defesam desse povo, e a guerra per defesam delle, e conservaçam de sua justiça i da fé se deve fazer [...] Assi que só aos Principes Sobernaos he lícito fazer guerra, e aos que não fazem quando necessário, peccão, e darão conta disso a seu superior que he o summo Deos, que os disse encarregou (OLIVEIRA, 1555: 21).

⁸ Sobre a razão de Estado moderna e as guerras marítimas, ver ROMMELSE, Gijs A. “An early modern naval revolution? The relationship between ‘economic reason of state’ and maritime warfare”, *Journal of Maritime Research*, 2011, n. 2, vol. 13, pp. 138-150; KANTOR, Íris. “Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América Portuguesa (1720)”. In: DORÉ, Andréa e SANTOS, Antonio Almeida de (Orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: Fundação Araucária, 2009, pp. 232-239; BONCIONI, Rodrigo Faustinoni. “Guerra, domínio e soberania: experiências colônias e império no Atlântico Sul, década de 1570”, *Revista de Indias*, 2016, n.268, vol. LXXVI, pp.613-640; FONSECA, Mariana Bracks. “Rainha Nzinga Mbandi, Imbangalas e portugueses: as guerras nos quilombos de Angola no século XVII”, *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, 2010, n. 2, vol. 23, pp. 391-415; SICKING, Louis. “Naval warfare in Europe, c. 1330- c. 1680”. In: *Colonial bordelands. France and Netherlands in the Atlantic in the 19th century*. Leiden: Marinus Nijhoff Publishers, 2011; GLETE, Jan. *Warfare at Sea, 1550-1650: Maritime conflicts and transformation of Europe*. Nova Iorque: Routledge, 2000; VECCHI, Roberto. *Exceção atlântica. Pensar a literatura de guerra colonial*. Porto: Edições Afrontamentos, 2010. Parecia claro aos tratadistas do período, que a guerra marítima dizia respeito à soberania dos Estados europeus no trato de mercadorias no Índico, visto que as redes de tráfego naval islâmicos, egípcias, malaias, javanesas, chinesas, dentre outras, navegavam em mar aberto quase sempre desarmados. A entrada dos portugueses no comércio marítimo da Ásia fazia uso sistemático da milícia como forma de desarticular as redes comerciais já presentes na região, o que nem sempre se dissociava da prática de pirataria. Ver COSTA E SILVA, Alberto da. “Do Índico ao Atlântico”. In: *Nas rotas do império. Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo et alli. (Orgs.). Vitória: EDUFES, 2014, pp. 13-22.

E sobre a necessidade de se fazer guerra marítima, seguindo a justiça e dever do rei na defesa de suas conquista e na guerra contra os povos não-cristãos, o sacerdote completava:

Porque o mar he muy devasso, y os homes não podem escusar de negociar per elle suas fazendas, hus mercadeando, outros pescando, y outros como lhe vê bem, assy trazem mantimento e proveyto peras terras, por tanto cunpre que nelle se ponha muy recado, porque ou cõ medo ou com severo castigo, seja retrayda a ousadya dos cossayros, q per elle soltamente roubão, e cometem crimes grandes [...] Per todas estas rezões he necessário que haver armadas no mar q guarde nossas costas e paragens y nos assegure dos sobressaltos q podem vir pollo mar, q são mays súbitos q os da terra (OLIVEIRA, 1555: 25).

Sobre a guerra justa de Portugal contra os povos conquistados, salientava a necessidade de não incorrer em erro castigando àqueles que não conheciam a fé cristã:

Mal feito he fazer guerra sem justiça, e os christãos não podemos fazer a nenhuns homens q sejam, de qualquer condição ou estado [...] A guerra justa a que podemos fazer, he aquela a que Agostinho diz, que castiga as sem justiças q alguma gente fez e não quer emendar [...] Onde se deve notar, que nam a todos os infieis nem sempre podemos justamente fazer guerra. Não podemos fazer guerra justa aos infieis que nunca forão christãos, como são mouros, e judeus, e gentios, q conosco querem ter paz, e nam tomaram nossas terras, nem per alguma via prejudicam a christandade. Porque com todos he bem que tenhamos paz, se possível, como disse o Apostolo São Paulo (OLIVEIRA, 1555, 29-30).

Depreende-se das argumentações de Fernando Oliveira que a natureza da guerra, no mundo português, não prescindia de uma ética política e religiosa garantidora da manutenção da justiça e da paz. Ângela Barreto Xavier assinala, em artigo precioso, o pouco reconhecimento historiográfico da figura de Afonso de Albuquerque enquanto estrategista do pensamento militar no século XVI.

Sabemos que Albuquerque não teve acesso à produção de Maquiavel – aliás, já tinha falecido quando Maquiavel redigiu os *Discorsi* e o *Dell'arte della guerra* -, e que Maquiavel não utilizou os “sucessos portugueses” como exemplos pertinentes para sua reflexão, apesar de estar a par de muitos deles[...].

Comparativamente, a experiência de Albuquerque é simultaneamente mais vasta e reduzida. Mais vasta porque sua ação se desenvolveu em palcos europeus (Castela e Mediterrâneo ocidental), africanos (norte da África) e asiáticos (do Índico ocidental ao Índico oriental), traduzindo em suas cartas as conversações que estabeleceu com esses vários contextos e seus atores políticos e o concheimento prático que tinha desses lugares e suas gentes; muito mais detalhado do que

aquele que Maquiavel detinha, formatado (com exceção do Império Otomano) pelas leituras que fizera sobre aqueles territórios e gentes, considerados em permanente desvantagem quando comparados com os gregos e romanos. Tomando suas vidas como um todo, Albuquerque parece ter sido – e sei que esta é uma hipótese atrevida, mas que considero valer a pena ser enunciada –, mais cosmopolita do que Maquiavel. Ou, dito em outras palavras, Albuquerque teve mais experiência concreta dos mundos novos do que Maquiavel (XAVIER, 2014: 6).

Nas *Cartas*, escritas por Afonso de Albuquerque, a natureza do pensamento estratégico da arte naval e da guerra no mar alinha-se com o caráter ético e estético da forma da *guerra* no pensamento cristão e humanista português. O antimaquiavelismo ibérico não supunha a dissociação entre intenção e ação, mas apontava a imprescindibilidade de que as ações políticas e militares fossem encetadas segundo os valores respectivos da justiça e honra, únicos elementos possíveis de nomear a glória dos indivíduos⁹. Na descrição do cerco e conquista de Goa, João de Barros descreve a ação e o caráter de Albuquerque, amalgamando, por um lado, a força e o interesse, e, por outro, a virtude e o afeto, relacionados à tomada da praça comercial e a vitória na guerra contra o Samorim e os exércitos de mouros da região.

Afonso d'Albuquerque como a principal cousa qua avia mister pera cometer aquella cidade Goa, era levar os homes contentes & alegres, polos ver em alguma maneira descontentes do que se passara nella quando a leixarão aos Mouros, posto que já sobre este caso em alguns conselhos entre os capitães se tinha justificado: todavia lhe pareceu necessário dar pública razão de si, pola experiência que tinha quando adoçava o animo dos homens que obedecem as justificações do superior, & maes nos tempos em que elles vão oferecer suas vidas debaixo de seu mandado. Asi que movido desta causas (posto que em todos visse prontidão per aquele feito) quis proporlhe este arazoamento. *Repertirvos, senhores e amigos, o que temos passado sobre esta cidade Goa, seria trazervos à memoria os méritos da honra que nella tendes ganhado, sem fazer algum desconto della porque a leixamos: como algus de pourc consideração*

⁹ Ver sobre este assunto CARVALHO, Virgílio de. “A estratégia nos tempos dos descobrimentos”, *Nação e defesa*, Lisboa, 1989, pp. 73-84; PEDROSA, Fernando Gomes. *Afonso de Albuquerque e a arte da guerra no mar*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1998; MARTINS, Miguel Gomes. *A arte da guerra em Portugal – 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014; ORENSE, Marta Sanchés. *La fortificación y el arte militar em los tratados renascentistas en lengua castelhana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012. Sobre a arte da guerra no contexto europeu do século XVI, ver SOBECK, David. “The regime type, preferences, and war in the Renaissance Italy”, *Journal of Conflict Resolution*, 2003, n. 2, vol. 47, pp. 204-225; FIORATTO, Corinne Lucas. “L’art et la guerre en Italie à la Renaissance”, *Littératures classiques*, 2010, n. 73, vol. 3, pp. 79-94; FONTAINE, Marie Madeleine. *Les mots de la guerre dans l’Europe de la Renaissance*. Paris: Droz, 2015; CAILES, Michael John. *Renaissance ideas of peace and war, an the humanistic challenge to the scholastic just war: the Disputatio de Pace et Bello of 1468; Erasmus and Machiavelli*. Tese de Doutorado. Exeter: University of Exeter, 2012.

querem fazer, atribuindo este feito de a leixar não obra de Portugueses, & maes a si mesmo que a mim seu capitão. Como se eu não tivesse visto em todos, que se este feito se ouvera de governar pelo que queria o animo de cada hum: primeiro leixara a vida, que hua ameya do que tinha ganhado: por esta ser a natureza do leal & verdadeiro português. Mas como todos militamos debaixo dos preceitos & Regimento del Rey nosso Snhor, & elle sempre faz maes conta da vida de cada hum de nós, que do senhorio das cidades da India, & a principal cousa que encomenda a nos outros que temos este cargo que eu sirvo, he a segurança de vossas vidas: não podeis vós tanto desejar oferecr a morte debaixo de sua bandeira, por lhe conquistar estados e senhorios, quanto elle he cauteloso no resguardar que nos manda ter, por não encorrerdes em perigo della. E posto que eu sentisse em vós o pejo com que leixastes esta cidade por parte de vossa honra, polo que convinha a minha obrigação, foi necessário ser assi: cá o ânimo vosso sem os instrumentos com que se elle sustenta & ajuda, que erão os mantimentos & munições que nos falecião, fogo era sem matéria em que se elle conserva. Mas parece que meus pecados saindo eu da cidade a buscar esta conservação da vossa vida & saúde, nos trouxeram a padecer no mar o que eu temia na terra: pois (como vistes) a fome lavrou em nós maes, que o ferro destes infiéis. Ora (louvado Deos) nós vimos providos pera necessidade q me obrigou a leixar esta cidade, e os vossos ânimos estão tão vivos per a tornar a pousentar nella, como os lugares que tivestes per apousentamento ainda quentes & frescos de vossas pessoas, pera vos receber em si como próprios & natural assento vosso: o que he pelo contraio nos Mouros que nella estão (BARROS, 1553: 117-118).

Na longa peroração, escrita em forma de discurso indireto, que João de Barros coloca nos lábios de Afonso de Albuquerque, duas características hão de ser destacadas. A primeira, a proeminência do *logos* como razão política: Albuquerque justifica-se diante do abandono de Goa e explicita suas razões táticas para retomar o controle da cidade aos mouros. Além disso, se representa não apenas um caráter prudente do capitão, como amplia-se as noções de virtude daquele, reproduzindo um discurso que sustentava a legitimidade da guerra contra os árabes em Goa e a conquista da cidade. Ao fim do discurso de Albuquerque, Barros descreve as chocantes cenas encetadas durante a tomada da cidade. Após desbaratar os exércitos islâmicos, Albuquerque ordena o saque e o incêndio da cidade. Ira e razão política tornam-se indissociáveis da prática da guerra de conquista e perfazem, juntas, uma concepção de império. Assim como Maquiavel recomendava ao príncipe que agisse sem bondade para manter-se soberano, o Albuquerque de Barros pelejava em guerra justa contra os mouros para, em seguida à tomada da cidade, restaurar a ordem, restabelecendo as honras e lugares sociais dos nobres e soberanos hindus.

Mas não apenas a ira atávica do herói da epopeia marítima portuguesa representava o *ethos* de Albuquerque nas crônicas quinhentistas, em especial, a de

Barros. A construção do herói reforça duas características: o uso da força e do conhecimento. Barros valorizava os *artifícios* ou as *artes* por sua capacidade de elevar o engenho humano a outro patamar. Exatamente nesses aspectos que Albuquerque é descrito em suas excelências. Conhecer antecipadamente as condições locais era algo fundamental para os sucessos militares. Barros informa a respeito do interesse de Albuquerque nos caminhos das mercadorias do Mar Roxo e das querelas internas às elites locais das regiões dominadas, as quais seriam mobilizadas em favor da conquista portuguesa. E na *Década Terceira*, mostra como partira do engenho do próprio governador a coleta de informações a respeito dos reinos do Oriente:

Além dos trabalhos & diligências que Afonso Dalboquerque teve enquanto governou o estado da Índia, & conquistou o reinos & terras que per seu falecimento ficara à Coroa deste Reino: teve mais um vivo & natural espírito acerca de enquerir todolos reynos & províncias daquele Oriente, trabalhando por saber o estado dos Príncipes delas, & como governavam, & os tractos & comércio que entre si tinham provocandões em nossa amizade per todolos modos & meios que elle podia. A qual diligencia & indústria (salvo a graça dos outros governadores que o sucederam) a elle se pode atribuir como própria prerrogativa. Donde na tomada de Malaca (segundo escrevemos) naquellepequeno espaço de tempo que nella esteve, mandou enviar seus mensageiros a Siam, a Maluco, a Pegú, a Java & à China (BARROS, 1563: 103).

De maneira geral, e essa é a percepção que Ângela Barreto Xavier expõe em seu estudo sobre Albuquerque, “este considerava os gentios sendo ‘homens cheos de novidades’, característica que facilitava sua captação para o partido português em troca de dinheiro e privilégios no mar” (XAVIER, 2014: 10). Em uma das cartas enviadas a D. Manuel, Albuquerque escrevia: “se acharem capitã português que dê escala franca e soldo, são logo cem mil piães com elles, e tomam a Remda da terra em pagamento de seos soldos” (*apud* XAVIER, 2014: 10).

Na crônica de Barros, a representação do herói das conquistas emulava as características do herói épico e do político prudente, que buscava “fizzer bõa guerra per ter bõa paz”, alicerçando-se em relações de força e amizades, traduzidas nas duras diretrizes de guerra aos inimigos da soberania portuguesa no Índico e de retribuição às nobrezas locais que contribuísem para a presença portuguesa na região. Conquanto advertisse para uma concepção de verdade sem os *arreios* colocados pelos públicos de sua obra, a representação do nome e caráter de Albuquerque na *Ásia* não deve ser dissociada das relações de parentesco e amizade

entre o cronista e a família de Albuquerque no reino. Em 1556, ao publicar os *Commentarios de Afonso d'Albuquerque, capitão geral & governador da Índia, coligidos das muytas cartas que elle próprio escrevia ao muyto poderoso rey Dõ Manuel, o primeiro deste nome*, Brás de Albuquerque, filho e herdeiro do ex-governador da Índia, falecido em 1515, lembraria a estimável memória de seu pai, desenhada nas letras de João de Barros¹⁰.

Na paleta de cores vivas com as quais desenha os dissabores da guerra e as excelências da glória, destacadas na composição do *ethos* de Albuquerque, valeria o adágio com o qual Barros definia os sucessos da persistência portuguesa nas conquistas ultramarinas: “cada hum colhe a novidade da terra segundo o que nella semeou”. Elogio da ação e das virtudes práticas, com o reconhecimento das *famas* criadas pela expansão marítima: são os dois pólos convergentes da concepção de história de um cronista português que – a diferença de seus congêneres seiscentistas de Goa, Diogo do Couto e António Bocarro – transitava com alguma serenidade nas águas humanistas do atormentado mar de sargaços das *histórias* do século XVI.

5.2. João de Barros, coleção e curiosidade: descrições do Extremo-Oriente.

Durante o século XVI até 1620-1630, a Ásia foi o objeto por excelência das letras e ciências portuguesas, correspondendo a 60 e 75 por cento das produções e impressões de livros sobre o tema, e invadindo praticamente todos os veios da cultura quinhentista, desde as crônicas ao teatro e o vestuário da época. Para se ter uma noção da mudança ocorrida nas imagens do Oriente na Europa, através de Portugal – e a consequente asiaticização do reino peninsular -, acompanhemos alguns dos textos publicados no período¹¹. Desde a leitura da *Oração de Obediência*, feita

¹⁰ Cabe assinalar que, no século XVI, era vigente em Portugal a concepção de que os feitos da guerra acrescentavam às gerações nobres, fama e galardão. As conexões de clientelagem estabelecida entre a família Barros e a família de Albuquerque, assim como os herdeiros de D. Francisco de Almeida e outros nobres que aparecem na crônica, são sintomáticos da presença dos laços morais e sociais de amizade e clientela que ligavam o historiador e seu decoro à escrita da história. Ver SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. “Da arte militar”. In: *Literatura ético-política e humanismo em Portugal*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2005, p. 367-370.

¹¹ Ver BARRETO, Luís Felipe. “O Orientalismo conquista Portugal”. In: *A descoberta do homem e do mundo*. Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Funart-Companhia das Letras, 1998, pp. 273-291;

em Roma, em 1485, por Vasco Fernandes de Lucena, quando adiantava ao Papa Inocêncio VI a perspectiva portuguesa de encontrar o caminho marítimo das Índias, apontava-se a “obscuríssima fama” da região. A partir da primeira viagem de Vasco da Gama, em 1498, à Índia, e a impressão do *Roteiro* de sua viagem, os textos sobre os descobrimentos e conquistas dominaram as mesas impressoras de Portugal e da Europa.

Em 1502, circula em Lisboa um mapa dos mares e terras orientais, denominado *Planisfério anônimo português*, no qual se faz a primeira referência mais ou menos exata à geografia das “terras dos Chins”. A circulação de cópias desse mapa inspirariam o desenho de outros congêneres, como os mapas-mundi de Nicolau Caverio, de 1505; de Francesco Roselli, em 1508; e dos alemães Gregor Reisch, em 1505, e Lorenz Fries, em 1531. Em 1510, a *Carta náutica do Congo à Ásia do Sueste*, de Jorge Reinel, já apresentava maiores progressos com relação às medidas e localização de lugares como Madagascar e Ceilão, importantes entrepostos de mercadorias e matérias-primas. Além do *Roteiro* da viagem de Vasco da Gama, manuscritos como a *Relação do piloto anônimo*, da viagem de Pedro Alvares Cabral e o descobrimento do Brasil, assim como a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, ambos de 1500, e as *Navegações às Índias Orientais* (1502), de Tomé Lopes, circulam pela corte e pela administração da Coroa.

Em 1507, a *Relação do piloto anônimo* aparece na Itália, sob o título de *Paesi Novamente Retrovati*, em tradução de Francesco Montalbodo, e o texto de Tomé Lopes, assim como diversos outros registros portugueses, figuram na coletânea de Giovanni Ramusio, *Delle navigationi et Viaggi*, de 1550. A quantidade de informações sobre a Ásia, presentes nos locais de poder em Portugal vão se tornando, ao longo do século XVI, objetos de consumo através da imprensa de livros e da venda de cópias manuscritas de livros e relatos de viagens. Um longo processo de composição de uma estrutura comunicacional do poder português sobre as informações a respeito do Oriente, que se disseminavam na Europa através de

FILHO, Francisco de Assis Veloso. “A expansão europeia dos séculos XV e XVI: contribuição para uma nova descrição geral da terra”, *Revista Equador*, Piauí, 2012, n. 1, vol. 1, pp. 4-25; IGLÉSIAS, Francisco. “Encontro de duas culturas: América e Europa”, *Estudos Avançados*, 1992, n. 6, vol. 14, pp. 23-37. Para uma análise das consequências econômicas da expansão portuguesas e da mobilização geográfica de capitais na ordem mercantilista dos mercados portugueses e europeus, ver PEDREIRA, Jorge M. “As consequências econômicas do império: Portugal (1415-1822)”, *Análise Social*, 1998, n. 2, vol. XXVII, pp. 433-461.

Lisboa, levaria ao aparecimento simultâneo, na década de 1550, de crônicas que consagravam a experiência marítima portuguesa no além-mar e recolhiam centenas de informações de descrições geográficas sobre os Novos Mundos¹².

Apenas em 1520 se redigiu o primeiro volume de uma história luso-asiática, embora desde fins do século XV, a Coroa portuguesa financiasse letrados estrangeiros e nacionais na escrita da história de seus feitos militares oceânicos. A *Crónica do descobrimento e conquista da Índia feita polos portugueses*, de autoria anônima, certamente serviu de fonte para os textos da década de 1550 de João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis. As *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, circulada em manuscrito e iniciada em 1532, já trazia informações apuradas sobre a geografia e a história da região do Malabar. Escrita em Cochim e Goa, por um soldado e escrivão que havia participado das batalhas de conquista com Afonso de Albuquerque, pode ser vista como uma das primeiras narrativas historiográficas de um português asiaticado, cujo ponto de vista não mais vem da metrópole, mas da vivência do cotidiano e da prática da milícia na Índia¹³.

¹² Sobre a formação de uma cultura escrita a respeito da Ásia em Portugal e Europa, ver BARRETO, Luís Felipe. “Os sentidos da expansão portuguesa no mundo (séculos XV-XVII)”, *Administração*, 1997, n. 36, vol. X, pp. 367-381; SANTOS, Eugênio dos. “Identidade/diversidade nos inícios da expansão portuguesa”, pp. 143-147. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6192.pdf; GRUZINSKI, Serge. “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”, *Topoi*, Rio de Janeiro, 2001, pp. 175-195; VELLOSO, Gustavo. “O tempo e o mundo: defesa de uma história planetária”, *Revista de História*, São Paulo, 2016, n. 175, pp. 475-482; DUTRA, Diego Pimentel de Souza. *A cultura dos descobrimentos em Portugal: um estudo da relação entre a sabedoria do mar e o conhecimento acadêmico na Renascença*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2013; BAIÃO, António e CIDADE, Hernani. *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa: Ática, 1937; LOUREIRO, Rui Manuel. “João Baptista Lavanha, cosmographe portugais, et la chronique d’Asie au début du XVIIe siècle”, *E-Spania*, 2017, n. 28; LOUREIRO, Rui Manuel. “The matter of Ceylon in Diogo do Couto’s *Décadas da Ásia*”. In: *Re-exploring the links. History and Constructed Histories between Portugal and Sri Lanka*. Jorge Flores (Org.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 79-94; KONRAD, Felix. “From the Turk Menace to Exoticism and Orientalism: Islam as Antithesis of Europe (1453-1914)”, *European History Online*, 2014, disponível em: <https://goo.gl/YbFfJZ>; CARVALHO, Daniela de. “Nambanjin: sobre os portugueses no Japão”, *Antropos*, 2000, Lisboa, n. 4, pp. 131-149.

¹³ Gaspar Correia participou ativamente da administração do Estado da Índia. Além de preencher sua *Lendas da Índia*, com desenhos das fortalezas dos territórios que compunham o domínio português na Ásia, desenhos que davam a dimensão realista da cartografia do século XVI, recebeu de D. João de Castro, vice-rei do Estado da Índia, em 1547, a atribuição de realizar os retratos dos vice-reis anteriores, numa evidente política de construção da memória portuguesa. A obra de Correia, a par sua visão nem sempre otimista acerca dos caminhos tomados pela empresa ultramarina, manteve-se manuscrita até o século XIX, o que não impediu que cópia e contrafações circulassem na pensínsula ibérica, na Itália e nos territórios asiáticos onde havia presença portuguesa. Ver MARIZ, Vera Félix. “Os trabalhos de restauro de um capitão em 1894 – Os retratos dos vice-reis da Índia (do Archaeological Museum of Goa) e a faceta artística de Gomes da Costa”, *Conservar Patrimônio*, 2012, n. 15, vol. 16, pp. 31-41; LOUREIRO, Rui Manuel. “Uma cidade cercada: Malaca durante a União Ibérica (1580-1640)”, *E-Spania*, Barcelona, 2016, n. 25, [online]; BAPTISTA,

Nesse mesmo sentido, outros portugueses levaram seus escritos de Goa para a Europa, com preciosas informações sobre a cultura, o comércio e a religião dos reinos asiáticos. A *Crônica dos Reis de Bisnaga* de Domingos Pais, de 1520, descreve a fundação e a genealogia das gentes nobres do Reino de Vijayanãgar. Igualmente, o relato anônimo *Lembranças das cousas de Bengala*, de 1521, as *Cartas* de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, escritas na década de 1530, no Cantão, e o relato de Galeote Pereira, *Alguãs cousas sabidas da China*, preso em Fujian como contrabandista, entre 1549 e 1552, descreveriam com modos realistas o aspecto vivencial da China, e seriam as primeiras descrições críveis desse tipo, desde o tempo das viagens de Marco Polo.

Essa abundância de informações e o interesse pelo conhecimento dos povos da Ásia expande-se de modo admirável entre 1550 e 1620. Nada menos curioso que, neste período, as crônicas de João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda ganhem difusão através de traduções por toda a Europa e que a expansão do comércio de livros sobre o Oriente fosse contemporâneo, também, do crescimento da entrada de produtos e *commodities* asiáticas nos mercados europeus¹⁴. Essa não é, todavia, uma relação fortuita ou casual. Consumo e conhecimento eram os dois pesos e medidas de um mundo de fluxos de capitais, objetos, pessoas,

Maria Manuela Soares Pinto. *A emergência do discurso cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto – Índícios de um (des)governo português na Índia quinhentista*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta, 2014.

¹⁴ Sobre os produtos asiáticos na organização dos mercados europeus, ver REIS, Claudia. “The organization of the merchant empires: a case study of Portugal and England”, *EconPapers*, 2011, vol. 48, pp. 1-40; GIPOULOUX, François. *La Méditerranée asiatique: Villes portuaires et réseaux marchands em Chine, au Japon et en Asie du Sud-Est, XVIe-XVIIe siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2009; ROCHE, Daniel. *Histoire des choses banales. Naissance de la consommation XVIIe-XIXe siècles*. Paris: Librairie Fayard, 1997; PHILLIPS, Carla Han. “The growth and composition of trade in the Iberian empires, 1350-1750”. In: *The rise of Merchant empires. Long distance trade in the early of modern history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, pp. 34-101; PANEGASSI, Rubens Leonardo. *O mundo universal: alimentação e aproximações culturais no Novo Mundo ao longo do século XVI*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2008; RICARDO, Sílvia Carvalho. *As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2006; DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa. *Mercadores-banqueiros e cambistas no Portugal dos séculos XIV-XV*. Tese de Doutorado. Porto: Universidade do Porto, 2006; COSTA E SILVA, Alberto da. “Do Índico ao Atlântico”. In: *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo et alli. Vitória: EDUFES, 2014, pp. 13-22; SANTOS, António Marques dos. “Mercantilismo/Mercantilismos”. In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Marques dos Santos*. Lisboa: Almedina, 2005, pp. 393-422; CASTRO, Armando. *Doutrinas económicas em Portugal na expansão e na decadência (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

conhecimentos e tecnologias, que conformavam a cultura mercantilista do início da modernidade. Não seria possível isolar os letrados e cronistas da representação administrativa do Estado, assim como não seria plausível imaginar um mercado de livreiros e impressores que não tivesse parte de seus capitais investidos em comércio de especiarias e escravos.

Esse período de difusão do orientalismo e de monopólio das rotas comerciais confirmou a divisão da soberania dos tratos mercantis e dos saberes entre os reinos europeus. Se até o século XIV, o conhecimento do Oriente, com suas rotas de comércio, especiarias e histórias estavam em posse dos reinos islâmicos, os séculos XVI e XVII fariam fragmentar-se a soberania dos mares entre os diversos centros de poder do globo, em grande medida, passados aos domínios ibéricos (BARRETO, 1997: 397). A *orientalização* – como modelo de difusão e consumo de bens e mercadorias vindas da Índia, da China e das ilhas do Pacífico, mas também modos de vida e ideias -, que Serge Gruzinski define como um processo de mundialização das trocas culturais no início da Época Moderna, não se restringia apenas a Portugal e à Europa.

Os mercados asiáticos eram imprescindíveis para a consecução do tráfico de viventes, que, nos séculos XVI e XVII, dominaria as rotas sul-sul do Atlântico entre a América Portuguesa e África; e nos Seiscentos e Setecentos, os navios que deixavam a Ásia, quase sempre aportavam no Brasil, com ou sem a permissão de Lisboa, despejando suas mercadorias ou as contrabandeando. Como mostrou Alberto da Costa e Silva (2014: 21), essas mercadorias não permaneciam apenas no litoral, mas subiam os planaltos com as tropas de burros, levando os signos dos mares da China para Sabará, para a Leal Cidade de Mariana, nas Minas, e restando presente nos mais diversos aspectos da vida cotidiana da colônia. No processo de *asiatização* do reino e do império português no Antigo Regime, cidades como Rio ou Salvador não permaneciam mais distantes de Goa do que Lisboa e Madri.

Desse processo de trocas culturais, de experiências e impressões de alteridade, em que o comércio e a experiência marítima se traduzia em saber histórico e pragmático nas letras dos cronistas, João de Barros se destacaria como um dos pioneiros nos estudos das características e da história antiga e moderna dos povos orientais. Como demonstrou T. S. Earle, em memorável e raro artigo, a *Ásia* possui distintas orientações – ou melhor, carrega múltiplos modelos de saberes – que se agregam ao modelo historiográfico. Para Earle, o pragmatismo da *história-*

epopeia de Barros, descrevendo os atos e os *ethos* da plêiade de personagens da expansão portuguesa, numa perspectiva moralizante e ética da historiografia, transitava de maneira sutil e, muitas vezes, imperceptível, para uma concepção de história material e antiquária.

O antiquarianismo de Barros, notado já na *Vida* que lhe dedica Manuel Severim de Faria no século XVII, mostra a relação estabelecida entre comércio, império e saberes, que circulavam e admiravam aos letrados portugueses nos Quinhentos. Na metade do século XVI, Lisboa era uma das cidades mais populosas da Europa e, embora muito tenha se discutido acerca desta categoria, possuía um aspecto cosmopolita, que atraía aos capitais estrangeiros e aos negociantes do Norte do continente. Essa vivência de múltiplas línguas, etnias, modos de vida e saberes – judeus, mouros, europeus, africanos, goeses, malaios, javaneses, luso-brasileiros, chineses e mesmo turcos -, era concomitante à entrada e circulação de sistemas ecológicos trasladados à Portugal e toda sorte de objetos materiais de valor inestimável aos colecionistas que começavam a surgir¹⁵. Não se sabe quantos manuscritos e livros estiveram em posse de João de Barros na habitação que possuía no interior do reino, na vila do Alintém, local onde redigiu a maior parte dos textos da *Ásia* e de sua obra dos anos 1530-1540.

É provável que, durante os anos que dedicou à escrita da *Ásia*, seu conhecimento erudito a respeito das vidas cultural e material do Oriente tenha aumentado consideravelmente, assim como a biblioteca e a coleção de objetos trazidos da Índia por navegadores e homens de negócios, visto que, entre a *Segunda Década*, de 1553, e a *Terceira Década da Ásia*, impressa dez anos depois, por João da Barreira e Germão Galharde, as notícias da China trazem cores mais vivazes e Barros não se mostra preocupado por se perder nas miudezas dos detalhes da vida

¹⁵ Sobre a relação do cotidiano lisboeta no século XVI e a circulação de sujeitos, mercadorias, e objetos naturais e matérias de interesse para as coleções eruditas de letrados e nobres, ver TEIXEIRA, Dante Martins. “Com o diabo no corpo: os terríveis papagaios do Brasil colônia”, *Anais do Museu Paulista*, 2017, n. 1, vol. 25, pp. 87-126; ALESSANDRINI, Nunziatella. “Italianos em bairros de Lisboa (século XVII)”, *cadernos do Arquivo Municipal*, 2015, n. 3, vol. 2, pp. 109-126; RODRIGUES, José Albertino. “Ecologia urbana de Lisboa no século XVI”, *Análise Social*, Lisboa, 1970, n. 29, vol. VIII pp. 96-115; Vitor Matias FERREIRA. “Urbanidade e cosmopolitismo em Portugal”, *Cidades, comunidades e territórios*, 2002, n. 5, pp. 127-138; AVELAR, Ana Paula. “Face de uma utopia: das imagens das cidades de Portugal da expansão (século XVI)”. In: *Viagens na terra das palavras. Ensaios de literatura portuguesa*. Lisboa: Cosmos, 1993, pp. 25-37.

cotidiana dos chineses, tratando desde os banquetes servidos aos nobres da terra até a fabricação de pólvora e artilharia de guerra.

Dos objetos e livros em suas posses, reconhece-se a presença de crônicas de reinos africanos, uma história do Congo, livros de história persas, denominado genericamente pelo cronista por *Tarigh* – corruptela do árabe *tārikh* -, alguns textos em árabe sobre a história do Malabar, uma crônica sobre os chineses, de origem incerta, e mapas, muitos mapas e relações de viagens, copiadas à mão, de relatos portugueses, espanhóis e venezianos. Provável que, segundo Manuel Severim de Faria, guardava-se plumas, moedas, manilhas, argolas, panos, tapeçarias, porcelanas e toda sorte de miudezas que lhe pudesse interessar no estudo da Ásia.

Na corografia do país dos Chins, constante da *Década Terceira*, de 1563, descreve com entusiasmo as características físicas e culturais do império da China, recolhidas, como observa o próprio cronista, de um livro de *Cosmographia* dos letrados chineses:

A terra da China, a qual parte que temos notícia acaba em cincoenta graos de altura, afora o maes que a ella vay continuada. Da qual distância podemos tirar a grandeza deste estado: pois que em largura (falando nas mensuras geographicas) esta terra da China tem trinta & hum graos: & a nossa Europa trinta & cinco graos. E nam falamos na longura, por que por rezam da diferença dos parallelos, os quaes ainda não temos verificados per instrumento de que usamos na descriçam das tavoas de nossa Geographia: pera este lugar leixam sua distância. Somente diremos aqui huma maravilhosa cousa q tem essa região da China na travessa de sua largura: que e a longura a respeito de como contamos a gradaçam da terra. Que entre quarenta & três e quarenta & cinco graos vay lançando hum muro que corre de poente de huma cidade per nome Ochioi e esta situada entre duas altíssimas terras, quasi como passo & porta daquella regiam: & vay correndo pera oriente, até fechar em outra grande serrania q está bebendo em aquelle mar oriental, em modo de cabo, cujo comprimento parece ser maes de dozentas léguas. O qual muro dizem que os reys daquella regiam da China, mandaram fazer per defensam contra os Povos a que nós chamamos Tártaros, & elle Tatás, posto que além do muro contra o norte ainda tem estado ganhado esses Tatás. Este muro bem lançado em huma carta da Geographia de toda aquella terra, feita pelos mesmos Chiys, onde vem situado todolos montes, rios, cidades, villas, com seus nomes escriptos nas letras delles. A qual mandamos vir de lá cõ um Chij pera interpretação delas, & dalgus livros seus q também ouvemos. E ante desta carta tínhamos avido hum livro de Cosmographia de pequeno volume com tavoas da situação da terra, & comentários sobre ella a maneira de itinerário: & jinda e nella não vinha este muro figurado, tínhamos informação delle. E o que sobre isto nos dava a entender, era per nam ser de todo continuado, somente aver entre oc Chjins & os Tatás, hua corda de serras muy ásperas & em algus passos estava este muro feito: mas agora per elles o vimos pintado, feznos *grande admiração* (BARROS, 1563: 110-111).

E sobre os modos de governança chineses, demora-se na descrição das características da arte de fazer justiça, aspecto central tanto de sua *crônica*, quanto da concepção de império divulgada nas letras da corte de D. João III, i. e., o ideal do príncipe justo e prudente:

Tem ainda o Príncipe deste império outra ordem na maneira de o governar, q os officiaes do governo da justiça, nam há de ser naturaes da terra mas estrãgeiros: à maneira que neste reyno de Portugal se usam os juízes que chama de fora, & isto por administrarem justiça em toda pessoa sem affeçam de parentesco e amizade: & os capitães da guerra ham de ser naturaes da própria terra, cá dizem elle que o amor da pátria lhes fará trabalhar maes polla defender. E bem como os Gregos em respeito de sy totalas outras nações haviam per barbaras, assi os Chijs dizem q elles têm *dous olhos de jntendimeto acerca de totalas cousas, & nós os da Europa depois q nos comunicamos temos hum olho, & totalas outras nações sam cegas*. E verdadeiramente quem vir o modo de sua religiã, os templos desta sua sanctidade, os religiosos que residem em conventos, o modo de rezar de dia & de noyte, seu jejum, os sacrificios, os estudos geraes onde se aprende toda ciência, natural, moral, á maneira de dar os graos de cada hua ciência destas, & as cautelas q tem pera nam haver sobornações, & terem Impressam de letra muyto maes antiga que nós, & sobrisso o governo de sua Republica, a mecânica de toda obra de metal, de barro, de páo, de pano, de seda: averá que neste gentio *estam totalas cousas de q sam louvados Gregos e Latinos* (BARROS, 1563: 112-113).

A analogia entre as excelências das *artes mechanicas e espirituais* de chineses e portugueses continua, de maneira que Barros estabelece os vínculos entre as conquistas do reino e os modos de governança estabelecidos pelos conquistadores do Império do Meio. O interesse do cronista era, evidentemente, o de demonstrar como a virtude da prudência se fazia requisito para o estabelecimento e conservação dos territórios ultramarinos. E sendo ela propriedade da razão compartilhada entre os seres “que habitam os antípodas do mundo”, e possuem negócios entre si, não poderia ser tratada com descuido. Aqui, cabe, por analogia, a mesma relação com que Barros descrevia aos *negros da Ethiopia*, na *Década Primeira*: ao invés de um olhar dominador, deixa-se conquistar pela graça e virtude que encontra *além de Taprobana*.

Assim como os europeus teriam algo a aprender com os príncipes justos das *Ethiópias*, muito se deveria observar das práticas e diligências cometidas pelos chineses na ordem da anexação de territórios, posto que, uma conquista não se fazia sem o concerto das paixões e o regulamento do comércio. Talvez Barros fizesse uma leitura pouco realista da política imperial chinesa, mas dentro dos signos e

significantes da *história* de sua Ásia, cabia lê-la como prudente controle da avareza e cobiça dos homens.

[...] e nas conquistas per terra que tiveram, assi como na per mar quando vieram à Índia tiveram maior prudência que os Gregos Carthagineses & Romanos. Os quaes, por causa de conquistar terras alheas tanto se alogãrao da pátria, que a vierão perder: pero os Chijns nam quiseram experimentar este total dâno. Antes vendo como a Índia lhe consumya muyta gente, muita substancia de seu próprio reyno, & q eram anexados dos vezinhos enquanto elles andavam derramados conquistando o alheo, avendo na sua terra ouro, prata, & todo outro metal, & muyta riqueza natural, & tam gram mecânica que todos tomavam deles & elles de ninguém: per decreto de hum Rey prudente que entam governava, tornouse recolher nos termos do estado q tinha. Fazendo huã premática & defesa, que sob pena de morte ninguém navegasse per aquellas partes: da qual ley oje se guardam estas duas cousas, per terra nem per mar pôde entrar hum só homem no seu reyno. E os que entram com algu negócio jimportante ao serviço delRey, e com nome de embaixador, & os passos desse sam contados per olheiros pera isso ordenados, que se sabe quanto faz: & até os mercadores que per terra querem jr a esta China, ajuntamse muitos e fazem hum deles cabela cõ nome de embaixador, & com esta cautela compram & vendem (BARROS, 1563: 114).

As qualidades desses povos marítimos e comerciais também se destacava nos modos e excelências através dos quais dominavam algumas *artes mechanicas*.

A gente desta província Cantam, donde Fernam Perez Dândrade esteve, em respecto da outra que vive maes vezinha o norte, e como gente Dafrica aos Alemaes: así no parecer, na alvura & trajo como no tratamento de sua pessoa, de maneira que os debaixo parecem escravos dos de cima. Somente por respecto do comércio nesta cidade Cantam, a gente se tracta bem, & é rica em seu modo: cá per razam delle, concorrem das outras províncias dofertam muytas mercadorias de toda sorte, & asi de diversas nações deles que já variam a língua natural de Cantam, posto que entre sy se entendem quase ao modo dos Gregos contrahendo osvacabularios huus maes que os outros. Geralmente sam homens delgados em todo negócio, principalmente em o da mercadoria: & nos da guerra muy astuciosos, & que em artifícios de fogo pera guerra naval pola experiência que os nossos têm, *nam ham enveja aos da Europa, & já quando fomos lá tinham artelharia* (BARROS, 1563: 115).

Uma unidade discernível sobressai da *Descrição da terra dos Chijns*, de João de Barros, incluída no terceiro volume da *Ásia*. Percebe-se que o trânsito de uma *história magistra vitae* para uma *história das maneiras*, condiciona o repertório das fontes e dos interesses do cronista, levando à degustação dos públicos de seu livro, uma relação de modos de comportamentos da vida prática do império chinês, como se, numa relação de proporção, estas informações coadunassem a grandeza da empresa portuguesa. Se, nestas passagens, destaca-se o cronista-colecionista, o problema da história não se encontra mais na determinação do

decoro em dizer a verdade, e sim na formação de imagens capazes de se apresentarem diante do olhar dos leitores, com vivacidade, graça e harmonia.

Na coleção, como definiu Krzysztof Pomian, o mundo dos objetos existe através de uma perda absoluta de seu valor cotidiano e simbólico, adquirindo uma espécie de imutabilidade que os fazem congregarem-se em uma relação, nem horizontal, nem vertical, *entre outros objetos*, estando irremediavelmente fora do tempo cronológico (POMIAN, 1984: 52-53). Se for possível estabelecer um laço analógico entre o modelo das coleções antiquárias dos séculos XVI e XVII, e a loquacidade descritiva dos costumes chineses na *Ásia*, diria que, numa proporção entre emulação e descrição, aquilo que sobressai não são mais as cores – presentes nas descrições das cortes africanas e indianas: na *Primeira Década da Ásia*, a palavra *doirado* e *ouro* são abundantes -, mas, sim, a arquitetura.

Assim como a palavra “pintura”, empregada diversas vezes pelo cronista, não era apenas metafórica, mas operacional; a designação do vocábulo “edifício”, com o qual designa o empreendimento de sua crônica, ao chamar seu labor de *este nosso edefycio de escrituraçam*, remete a uma concepção estética, tanto do ofício de historiador quanto da história dada a ler. Se ao chamá-las de técnicas, estaremos sendo mais restritivos do que pretendia o cronista com este vocabulário, teríamos, contudo, de fazer juz à ordem estética e moral que anima as letras de sua crônica.

No prólogo da *Década Primeira*, Barros dizia que naquele volume punha os tijolos dos alicerces de sua narrativa e na segunda e terceira *Décadas*, tratar-se-ia de animar os espíritos dos leitores com as paredes, portas, janelas, salões e a cúpula do edifício. A linguagem arquitetônica enquanto operacionalizador lógico e analógico da história não era originalidade de Barros, em Horácio aparecia como *exegi monumentum aere perenius*, e Cícero empregava a mesma metáfora em *De Oratore*, precisamente ao falar da história: “*ipsa audem exaedificatio posita est in rebus et verbis*”, além de que, o próprio Barros possuía um tratado de arquitetura manuscrito, datado dos anos 1530, o *Esfera da Estructura das Cousas* (EARLE, 1992: 285).

Em se tratando de uma metáfora viva, portanto, vigente nos códigos semânticos do período, a relação entre o *edifício* e a *escrita da história*, sintetizava mais do que a matéria física do livro que circulava pelas cortes europeias, remetia, antes disso, à estrutura intrínseca da narrativa. Como qualquer edifício possuía suas paredes e vigas, também exigia deles mobílias e adereços, com os quais se

preenchia e mostrava a singularidade daquele que o habitava¹⁶. Correlativamente a este formato, os detalhes – que nunca escapam a João de Barros – das culturas orientais, preenchem com medida e proporção aquilo que se diz império português. Ao fazer isso, impõe um movimento à história – uma velocidade que deambula de gênero em gênero, de um ponto de vista a outro, de uma medida a outra, traduzindo em metáforas e palavras tanto as *glórias* das conquistas, quanto as *curiosidades* do mundo. Porque também os detalhes apresentam o caráter e a forma das culturas.

O serviço do qual comer, e o maes limpo que se pode ter, per ser tudo em porcelana muyto fina: posto que também ser dervem de vasos de prata & ouro, & tudo comem com garfo feito a seu modo sem por a mão no comer per meudo que seja. Pero tem huma diferença dos banquetes de cá, porque de dous em dous tem hua mesa pequena, posto que na casa aja conçoenta cõvidados: & a cada sorte de iguarias há de vir serviço novo de toalhas pratos, facas garfos & colheres. E de ciosos nam comem as mulheres com elles, sendo logo servidos naqlles banqtes per mulheres solteiras que ganham a vida neste ofício: as quaes sam quasy como chocarreiros [bufões], porque todo o serviço das mesas se passa cõ graça assi delas cmo de outros ministres alugados pera isso (BARROS, 1563: 116).

Sendo os detalhes, caminhos de descobrir as razões que operam nos costumes e moralidades dos povos, também não deixaria de caber em sua crônica lugar para as *utopias de cidades*. A justiça prática e distributiva dos chineses, na descrição de Cantão, trazia a letra do encômio e do conselho:

Finalmente e o governo & prudência desta terra tal, q as mulheres solteiras vive fora dos muros, por nam corromper a honestidades dos cidadãos: & nam há homem do povo q nam tenha officio. Donde vem q nam há pobre q peça esmolos, porq todos ou cõ os pés ou com as mãos ou cõ a vista, há de servir pera ganhar de comer (BARROS, 1563: 117).

A verdade e os proveitos da história não seriam poucos, nem sequer estariam restritos às façanhas dos portugueses nas conquistas do Oriente – este nome e lugar comentado e inventado nas letras portuguesas e europeias –, senão que, sendo como um edifício, permitia entradas e saídas. Por corredores e escadas, poder-se-ia olhar a distante China desde um alpendre, quanto analisar as filigranas dos costumes, religiões e modos de justiça, como se sentado a uma mesa, fumando o tabaco das

¹⁶ Sobre a relação entre o surgimento da perspectiva nas obras arquitetônicas portuguesas do século XVI e o humanismo, ver XAVIER, João Pedro. *Sobre as origens da perspectiva em Portugal. O Livro da Perspectiva do Códice 3675 da Biblioteca Nacional, um 'Tractado de Architectura' do século XVI*. Porto: Editora Universidade do Porto, 2006.

Américas ou bebendo o chá levado de Goa¹⁷. Se insistimos em tal relação metafórica entre o *escrito* e o *vivido* pelo cronista enquanto polígrafo, funcionário da Coroa e homem de negócios, isso se deve àquilo que, ao que nos parece, assemelha a *Ásia* a algo nunca antes visto nas letras do reino: se é fato que sua leitura deveria *delectare* os afetos e *movere* às ações virtuosas, segundo as regras da “história mestra da vida”, algo de novidade surgia através da obra, qual seja, a possibilidade de que se tivesse *experiência* das Índias, mesmo que a crônica fosse lida a milhares de quilômetros de distância de Goa ou Macau. *Experiência da história na leitura da história*, que agradaria a perspectiva exigente de um Montaigne, se entre os livros de sua grande biblioteca quinhentista, houvesse algum exemplar, em francês ou italiano, do *edefycio* de histórias de João de Barros.

5.3. A Sátira e o Soldado: Diogo do Couto e Fernão Mendes Pinto: história como *melopecia* e o declínio dos portugueses no Oriente.

O olho precede a audição, e há muitos tipos de *visão*. Na cultura de Antigo Regime, ver e ser visto são operações lógicas e analógicas de uma maneira específica de conceber a cultura e a política. Havendo tanto o mau olhar quanto o bom, como descreveu com graciosidade Jacqueline Lichtenstein, *ver bem se tornava vital para sobreviver sob as regras da corte e do mundo colonial*, “nem perto nem longe demais”, não uma visão comum, turvada pelas coisas vistas, mas uma visão que se preocupava em esclarecer a própria condição de visibilidade das coisas, uma visão pensante (LICHTENSTEIN, 1994: 28). Em Goa, outro era o *olhar* dos historiadores. Se para Barros, o *edefycio* de sua *Ásia* levou algo em torno de trinta anos e muitos estudos para ser concretizado, por outro lado, seu olhar continuava sendo posto através de Lisboa, da corte e dos ares amenos de sua quinta, entre seus livros e a comodidade de serviços prestados por escravos e intérpretes árabes e chineses, adquiridos pelo cronista.

¹⁷ Veja, por exemplo, a relação feita por Simmel entre os aspectos fenomenológicos da *porta* e da *ponte*, na construção das relações sociais, vistas de um ponto de vista da poética da existência. SIMMEL, Georg. “Bridge and Door”, *Theory, Culture & Society*, 1994, n.1, vol. 11, pp. 5-10.

Do outro lado do mundo, Fernão Lopes de Castanheda e Diogo do Couto se fariam ouvir de outras maneiras. Escritas, antes sob o trânsito féérico das mudanças de governos e as intempéries da administração e governança coloniais, ambos mostrariam alguns aspectos menos edificantes da empresa colonial. Castanheda e Couto ainda publicaram suas obras em Portugal. O primeiro em Coimbra, o segundo em Lisboa. E isso os torna indelevelmente ligados às redes de clientelas e leitores do reino, assim como submetidos à aprovação dessa audiência. Todavia, entre João de Barros e Diogo do Couto, teria se encetado mudanças decisivas para a cultura política do reino e do império. No final do século XVI e início do século XVII, a união das duas coroas ibéricas, sob o governo dos reis Felipes, a perda do domínio de áreas de influência portuguesa no Mar Índico, para holandeses, ingleses e omanianos, e a circulação de uma concepção estética da vida como ruína, pressupostos éticos das letras e artes ditas barrocas, definiriam uma outra espécie de leitor, assim como a exigência de um conceito de verdade, que não mais caberia na lógica dual *épica-glória* de João de Barros.

A *Ásia*, de Diogo do Couto, publicada entre 1605 e 1616, trata-se de uma melopeia da administração das Índias. E se o Estado da Índia retratado por Couto se demonstrava em desalinho aos propósitos do benefício da *res publica*, na história dos manuscritos de seus livros não se passa algo diverso. Concedida a permissão de Felipe I para redigir os livros da *Ásia*, a partir da *Quarta Década* de João de Barros – que só seria publicada em 1614, por João Baptista Lavanha -, Couto redigiu os volumes que vão da quarta a duodécima *Década*, mas foram a impressão somente os livros IV, V e VII, uma versão incompleta dos volumes VIII e IX, tendo os manuscritos das *Décadas* VI sido destruídos em um incêndio na casa impressora de Goa, e os livros VIII e IX sido furtados e pilhados (MARTINS, 1985: 14).

Nos livros impressos e conhecidos do cronista, repete-se, em igual medida, a perspectiva ecumênica da história dos descobrimentos, presente em João de Barros e lugar-comum das letras portuguesas. Todavia, lança luzes sobre uma prática historiográfica distinta da do antecessor. Diogo do Couto se descreve um “historiador diligente” na verdade *das ditas histórias da Índia*. A visão – combinada com a *História* de Fernão Lopes de Castanheda – se apresenta como o operador crucial à escrita da história. Ver e ver bem não só atestaria a versão correta dos fatos, mas legitimaria a posição do *historiador*, pois não se tratando de um simples ver desinteressado, mas, antes de tudo, um empréstimo de olhares aos leitores, a

narração da história exigia uma correta descrição dos acontecimentos. A singularidade da prioridade da visão entre os cronistas luso-goeses – tópica e experiência da escrita da história – menos se evadia da descrição protocolar das ações representadas que da fineza dos ornamentos retóricos, presentes em demasia em Barros.

Essa concepção do *ofício de escrituração* de histórias, repudiando o presente, concebia a história da Índia como espelho da moral, em que os feitos passados dos portugueses desfilavam sob a galeria de heróis nos livros da *Ásia*, não para ensinar virtudes, senão que para repreender e vituperar os contemporâneos. Dessa época são os livros de *desenganos* e de *disparates*, gêneros que compreendiam tanto a sátira quanto o discurso sério sobre os comportamentos imorais dos sujeitos vinculados à administração e à vida colonial e reinol. Contemporâneo de Diogo do Couto no trato de Goa, Luís de Camões redigiu as estrofes conhecidas como *Disparates da Índia*, em que faz troça dos comportamentos debilitados dos portugueses conquistados pelos luxos do Oriente:

Outros em cada teatro,
por officio lhes ouvireis
que se matarán con tres,
y lo mismo harán con quatro.
Prezam-se de dar respostas
com palavras bem compostas;
mas, se lhe meteis a mão,
na paz mostram coração,
na guerra mostram as costas;
porque “aqui torce a porca o rabo”.

Outros vejo por aqui,
a que se acha mal o fundo,
que andam emendando o mundo
e não se emendam a si.
Achareis rafeiro velho
que se quer vender por galgo.

Ó vós que sois secretários
das consciências reais,
que entre os homens estais
por senhores ordinários:
por que não pondeis um freio
ao roubar, que vai sem meio,
debaixo de bom governo?
Pois um pedaço de inferno
por pouco dinheiro alheo
se vende “a mouro e judeu” (CAMÕES, *apud* ANDRÉ, 1992: 238).

A crítica retórica e moral à cobiça, preenche todos os escritos de Couto. Na *Década Quarta*, ao associar a queda do império romano à sucessão das invasões bárbaras, escrevia que “nunca Roma foi tão próspera como quando governada por velhos sábios e desinteressados”, referindo-se, por analogia, à Índia, em passagem posterior, “depois que na Índia entrou tanta cobiça” o desgoverno a dominou (COUTO, *Década VII*, Livro 10). A pátria, que, para Camões, *andava metida no gosto da Cobiça e na rudeza* (CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto X), adalgava-se e emasculava-se diante de ações e comportamentos que denotavam uma “austera, apagada e vil tristeza”. Diante da administração de governadores venais e de práticas de enriquecimento ilícito, somadas às dificuldades de garantir a concreta retribuição de favores e serviços prestados à Coroa, algo grave em uma sociedade do dom e da mercê, Diogo do Couto repassava nas páginas de suas *Décadas*, as vidas e os feitos dos personagens que conquistaram Goa e lhe deram a fama de “nova Roma”.

A prestação de serviços ligados às casas familiares de governadores também garantia a proteção e saúde das rendas daqueles cujas vidas restavam a muitas léguas de distância de Portugal. Castanheda, tendo garantido a *privança* do governador Lopo Soares, garantiu-lhe páginas ilustres em sua *História e Couto*, agregado e protegido dos governadores e condes da Vidigueira, produziu as biografias dos membros da família Gama. Tal relação de patronagem e mercê fazia parte da lógica amorosa e econômica da sociedade portuguesa colonial. As falhas no funcionamento desse sistema eram vistas como desvio e corrupção e são exatamente os aspectos de indiferença dos “poderosos de Goa” à prática do reconhecimento e recompensa que os cronistas e letrados da Índia denunciavam como *desconcerto do mundo*. Em 1598, após pressões exercidas por homens de negócio e políticos em Goa, o rei Felipe I ordenou ao Bispo da Sé de Goa que mantivesse o cronista no cargo, com o soldo devido – e sempre recebido em atraso -, de forma dissimulada. O que na prática consistia em retirar-lhe a proteção régia da designação de *cronista oficial*.

Couto asseverava que o mal da Índia era estar longe de Portugal, porque a distância permitia todo tipo de excessos e desvarios. Numa relação proporcional, os portugueses que iam à Ásia estavam tão distantes de Lisboa quanto de Deus, sendo eles “inimigos da Fazenda del Rey” e do Evangelho. Essa perspectiva aparece com muito mais virulência num escrito de 1610, conhecido modernamente pela título

abreviado de *O Soldado Prático*. Sátira e discurso deliberativo, narra, em diálogo, o encontro entre um soldado prático, i. e., um soldado que disserta sobre sua experiência da Índia, um despachador e um fidalgo, no reino. Muito já se escreveu a respeito desse diálogo, mas cabe ressaltar que apesar de sua fortuna crítica ter sido mais virtuosa que a obra histórica do cronista – pesada e moralista, sem a leveza e graça retórica difundida na *Ásia* de João de Barros, como bem notou Luiz Costa Lima -, o efeito moral e pedagógico de sua leitura coloca Couto em patamar distinto daquele de outras obras do mesmo gênero de *desenganos*. Ao invés de apenas vituperar os costumes e decadência vinculados às práticas de corrupção e lesão ao Estado da Índia e Portugal, em benefício próprio dos daqueles que praticavam os desvios das rendas da Coroa, Couto apresenta uma série de argumentos, práticos e filosóficos, para corrigir o presente estado das “cousas”, aproximando o *Soldado Prático* das letras de arbítrio (ROMEIRO, 2017: 39).

Conquanto se apresentasse como “figura rústica” e “mal ordenada”, o soldado trata de assuntos de Estado e de administração com “muita doutrina, política & moral”, ressaltando seu conhecimento da Índia e dos meandros da vida colonial. Para ele, *as causas da decadência do Estado da Índia* seguem *pari passu* aos vícios da aplicação da justiça e à grande liberalidade do rei, ao dar imenso poder aos vice-reis.

Numa cousa me cahio maes a pelo, que essa, por que toda esta noite estive cuidando no pouco segredo, que na Índia se tem; assi o digo os Conselhos árdus da guerra, como nos da justiça, e fazenda, porque quasi se nam acabam de resumir, quando já anda pelas praças ose segredos delles, que nam sinto cousa na vida em que mais vá; e ainda o feito está em casa do Juiz por publicar, já se sabe quem tem a sentença: e ainda digo maes, que não sahe da Relação, quando há Desembargador, que dá sinal ao seu moço para yr pedir alviçaras a parte, o que ouvi alguns vezes, e o tenho pelo maior modo da injustiça da vida (COUTO, 1610: 27).

E seguindo o seu raciocínio, apresenta exemplos diversos de autores clássicos e modernos, para justificar a importância do decoro e sigilo da justiça e negócios, perdidos na Índia.

O Phillosopho Phillipides quando se determinou a servir ElRey Lysimaco foi com condição de que lhe não ddescobriria segredo algum, porque entendia quanto hia na guarde delle pelo haver por cousa divina: e assi o he tanto, que importa todo nosso remédio, porque no segredo da Confissão poz Deos nosso senhor todos os Thesouros, e riquezas da glória, e só por este segredo podemos subir a ver aquelles outros mayores,

que vio o glorioso Paulo, que nem os olhos virão, nem orelhas ouvirão, nem o coração dos homens se imaginarão. Já agora na Índia, nem aqui neste vosso Portugal, ha discípulos de Pitagoras, que guardem silencio, porque tudo se faz he ao som de campas tangidas; os segredos dos conselhos pelas praças ao som de trobetas, e assim muitas cousas; e o que he peyor, que ate as maldades, adultérios, torpezas, infâmias, e malicias, os mesmos que as cometem são seus pregoeiros, porque o Capitam, Fidalgo, e nam sei se Vice-Rey, acabando desonrar a casada, logo se gaba disso a todo mundo; como houverão a moça donzela, e pela ventura com capa de casar com ella, logo o pelourinho o sabe (COUTO, 1610: 30-31).

Havia, portanto, uma continuidade entre a dissolução dos laços morais, os saques à Fazenda del Rei e a ausência de decoro na representação social de vice-reis, governadores e nobres, aos quais *O Soldado práctico* ainda inclui a categoria dos letrados.

Vos direi dos perjúrios que comete um Governador contra o que jura quando lhe entregão a governança da Índia: que com as mãos sobre o Missal promete de guardar os privilégios da cidade, e na primeira cousa que lhe cahe nas mãos, poe os pés por cima de tudo, e não guarda senão o que lhe releva; e acham Letrados, que também lhe dizem, que *aquele privilegio se estende de tal maneira* (COUTO, 1610: 44).

Na definição do soldado de Couto, os vice-reis e governadores eram como um outro rei, devendo servir com discrição e decoro ao bem da cidade e dos dinheiros da Coroa. A descrição de um mundo virado de cabeça para baixo (*upside down*), tópica exemplar do mundo letrado barroco, permitia que Couto descrevesse os erros de representação dos indivíduos donatários de cargos e privilégios na Índia, satirizando comportamentos infames e vituperando os vícios da luxúria, cobiça e a injustiça, que transformava aos governadores da Índia em legítimos tiranos. A sátira dos letrados seiscentistas, na definição de Pascal Debailly, propõe-se verdadeiramente ética, no sentido de que responde ao presente de enunciação através de um engajamento pessoal, em combate pelos valores morais, pela reforma dos costumes, aparecendo, sob o modo do riso e da denúncia, como registro de um mundo que perdeu sua forma e representação (DEBAILLY, 2003: 91).

O desconsolo com relação às aparências de um mundo em descompasso com os decoros e as virtudes atravessa as letras de Fernão Mendes Pinto, “13 vezes cativo e 17 vendido, nas partes da Índia, Ethiópia, Arábia Feliz, China, Tartária, Maçácar, Sumatra e outras províncias daquele oriental arquipélago dos confins da Ásia”, durante os 21 anos de deambulação no Oriente. Na *Peregrinação*, impressa

em 1614, Mendes Pinto declara aos leitores qual seja esse estranho objeto de seu livro – a vida e a jornada dele próprio, narrador e aventureiro, cujas impressões da Ásia, ali se descrevem.

Quando às vezes ponho diante dos olhos os muytos & grandes trabalhos, & infortúnios, q por mim passarão, começados no principio de minha primeira idade, & continuados pela mayor parte, & melhor tempo de minha vida, acho que com muita rezão me posso queixar de ventura, q parece que tomou per particular tenção, & empresa sua perseguirme, & maltratarme, como se isso lhe ouvera de ser matéria de grande nome, & de grande glória porque vejo que nam contente de me por na minha pátria logo ao começo da minha mocidade, em tal estado que nela vivi sempre em misérias, & em pobreza, & nam sem algum sobressalto, & perigos da vida, me quis também levar às partes da Índia, onde em lugar de remedio que eu hia buscar a ellas, me forão crescendo cõ a idade os trabalhos, & perigos. Mas por outra parte quando vejo que do meyo destes perigos me quis tirar Deos sempre em salvo, & porme em seguro, acho que nam tenho tanta razão de me queixar por todolos males passados, quanto d lhe dar graças por este só bem presente; pois me quis conservar a vida, para que eu pudesse fazer *esta rude e tosca, escritura, que por herança deixo a meus filhos* (MENDES PINTO, 1614: 9).

Também se filiando às doutrinas corporativistas do poder e da representação, como Diogo do Couto, Mendes Pinto explorava em suas experiências de Índia todas as fissuras e desenganos das sociedades luso-asiáticas. Por debaixo dos recorrentes lamentos da narrativa, - “meus muytos & grandes trabalhos, & infortúnios”, “no estado em que vivi em miséria”, “meus sobressaltos”, “em lugar de remédio”, “estes perigos”, “males passados”, “pobre de mim, “fora de mim” -, o autor descrevia as fraudes e as dissimulações vividas nos tempos do Oriente. A aventura pelos confins, mares e sertões asiáticos, representada na *Peregrinação*, claramente não se encaixa em nenhum gênero praticado nas letras quinhentistas e seiscentistas. Sucessivamente memória, autobiografia, sátira, relato de viagem e crônica, as muitas passagens do texto, em que o autor lembra aos leitores da natureza vil e trapaceira dos povos orientais, sobrepujam a lassidão e desmoralização a que acometia tanto “indianos” quanto portugueses. A Ásia de Mendes Pinto estava para o desengano/engodo tanto quanto a de João de Barros estava para a *revolução* do conhecimento do mundo.

Também a procissão de ofícios e carreiras por ele ocupado nos capítulos do livro demonstra a qualidade aventureira que a narrativa da vida adquire além d’África. No início do livro, Mendes Pinto declara, sem florilégios retóricos que escondessem as intenções que o levava à Índia:

Havendo dezassete dias q eu era chegado a esta Fortaleza de Dio, fazendose nella prestes duas fustas para irem ao Estreyto de Meca a saberem a certeza da Armada dos Turcos, de que já na Índia havia algum receio, me embarquey em huma delas, de q hia per Capitã hum amigo meu, por me elle me fazer grandes encarecimentos da sua amizade naquela viagem, fazendo-me muyto fácil sayr eu della muyto rico em pouco tempo, *q era o q eu entã mais pretendia q tudo*. Confiado eu nesta promessa, & enganado cõ esta esperança, sem por diante dos olhos quão caro muytas vezes isso custa, & quão arriscada eu então levava a vida, assi por ser fora de tempo, como q despois seccedeo por pecados meus, & de todos os que nella fomos, me embarquey cõ este amigo em huma fusta chamada Sylveyra (MENDES PINTO, 1610: 12).

À medida que descreve infortúnios e desvarios passados na vida, Mendes Pinto carrega na tinta do “debujo”, definindo os homens, cristãos ou infiéis, como maus e persistentes na “peçonha” e “cruezas” do trato com a vida e os bens alheios. Tomando em conjunto os episódios da narrativa de Mendes Pinto, a natureza humana negativa dos indivíduos os tornavam menos plausíveis sendo representados segundo as regras da epopeia e da tragédia do que como homens vis e baixos, próximos às características poéticas da comédia e da sátira. Não acredito que Mendes Pinto tivesse uma clara poética da historicidade de seu presente para ser formulada, como tinham Barros e Couto. Seu escrito não seria nem *épos* nem *meloquia*, nem *celebração* nem *melancolia*. Na *Peregrinação*, a vida do narrador desponta como um índice das conquistas portuguesas. História como chalaça, pilhéria e mangação dos signos férteis da *glória* e *honra* buscadas para servirem de lustre na “campa de suas sepulturas”. Na lógica narrativa de Mendes Pinto, todos os homens, não importando o credo, eram mesquinhos e voluptuosos.

A *aprendizagem* do narrador parece vir da própria experiência – esta *madre de todas as cousas* – subalterna nas praças da Índia, em que se mostra sendo vendido como escravo 17 vezes, e cometendo delitos de “sorte de nenhu cristão fãzer”, como o roubo, saque, homicídio, delitos sexuais. Não há, nesse sentido, uma unidade forte que vincule o indivíduo da narrativa de Mendes Pinto a uma identidade. Ora vítima, ora algoz. Ora mercador de escravos, ora cativo. Ora cometendo crimes contra a vida, ora sendo açoutado no pelourinho. Tal fugacidade e ligeireza de espírito fortalece os vínculos da *aventura* com o *éthos*, ou, antes, com a representação. Simmel insistiu nesse aspecto, ao mesmo tempo dramático e leviano, da vida

moderna: a contaminação do interior dos sujeitos pela rapidez com que as mudanças de estados exteriores aconteciam¹⁸.

O próprio título do livro, *Peregrinação*, e o fabuloso sub-título acrescentado à capa¹⁹, com a conivência de impressores interessados em transformar o texto em um dos livros de *bolsillo* mais vendidos do reino, esclarece a comparação do vivido e do narrado com o modo de transitar por espaços e estatus. A ideia da vida peregrina – no sentido das desgraças e desaforos que a acompanham – aparece na cultura escrita portuguesa e espanhola, desde, pelo menos, o século XIII. Gil Vicente, no *Auto da Alma*, de 1518, usara do mesmo enlace alegórico, mediante o qual o deâmbulo de uma Alma, inquietada pelo Diabo e por um Anjo, que disputavam seu destino, se céu ou inferno, descrevera tal noção da vida como “peregrinação” – “provação”, “sofrimento”, “desgosto” e “prazeres”. Pois, como afirmava o Diabo:

O que a vontade quiser,
quanto o corpo desejar,
tudo se faça.
Zombai de quem vos quiser
reprender,
querendo-vos marteirar [martirizar]
tão de graça (VICENTE, 2010: 9).

E, presente em toda a cultura medieval e renascentista, a fábula de Apuleio, *O asno de ouro*, conhecida e emulada na estrutura do *Peregrinação*, também apresentava uma concepção atormentada e engenhosa do viver em um mundo de

¹⁸ Ver SIMMEL, Georg. “The adventurer”. In: *Georg Simmel On Individuality and Social Forms*. Donald Levine (Org.). Chicago: University of Chicago Press, 1972.

¹⁹ O título completo – e rebuscado - da obra, seguido do subtítulo acrescentado pelos impressores na oficina de Lisboa é o que segue: *Peregrinação de Fernam Mendes Pinto e por elle escrita que consta de muytas, e muyto estranhas cousas, que vio, & ouvio no Reyno da China, no da Tartaria, no de Pegú, no de Martavão, & em outros muytos reynos, & Senhorios das partes Orientaes; e também dá conta de muytos casos particulares, que aconteceram assim com elle, como a outras muytas pessoas; & no fim della trata brevemente de alguãs notícias, & da morte do santo padre Mestre Francisco Xavier, única luz, & rasplendor daquelas partes do Oriente, & nelas Reytor universal da Companhia de Jesus*. Na edição de 1725, oferecida ao embaixador de Portugal em Londres, Josph da Cunha Brochado, ainda se acrescentaria a seguinte informação: “e agora novamente correcta, e acrescentada com o Itinerario de António Tenreiro, que da Índia veyo por terra a este Reyno de Portugal, em que se contém a viagem, & jornada que fez no dito caminho, & outras muitas terras, & cidades onde esteve antes de fazer esta jornada, & os trabalhos em que esta Peregrinação passou no anno de mil & quinhentos & vinte nove. E com a conquista do Reyno de Pegú feyta pelos Portuguezes, sendo Vi-Rey da Índia Ayres de Saldanha no anno de 1600.

desenganos²⁰. A ideia central da fábula de Apuleio encontra-se no horizonte pretendido pela *Peregrinação*, a de que a vida é uma reta que transcorre ao movimento das *metamorfoses* do tempo e do sujeito.

Couto e Mendes Pinto refletem sobre a mesma matéria dos costumes e decoros da sociedade luso-asiática de fins de quinhentos e princípios de seiscentos. Há, contudo, uma diferença de espaço discursivo e de comunicação de poder, que os separa frontalmente. Diogo do Couto, e outros letrados residentes nas colônias portuguesas, ao longo do século XVII, preocupava-se em corrigir as desavenças entre os vícios e as virtudes que grassavam na administração e na governança colonial. Propunha que homens ativos e de bom *ethos* governassem segundo o entendimento e a prudência. Advertindo, ainda, que se não houvesse uma reforma política e administrativa do Estado da Índia, o império soçobriria em alto-mar, como as naus que se quebravam nos naufrágios. Mendes Pinto, por seu lado, parecia identificado com os enlances romanescos da vida – cujas ações e resultados parecem não caber nem na ideia de virtude, nem na de glória.

A trajetória do narrador de *Peregrinação* não possui intenção nem interesse que vá além do conquistar pecúlio e a sobreviver aos desafios que o Oriente lhe impõe, e nisso se aproxima da *aventura*, que não possui compromisso a não ser com ela mesma. Mendes Pinto entende que o resultado de suas ações – boas ou más – depende de mais ou menos sorte, e de ajuda divina e, não, ao contrário do que supõem Barros, Couto e os humanistas em geral, de virtude e honra. Estas são concepções absolutamente distintas sobre a possibilidade do aperfeiçoamento dos homens e da justiça por eles executada. No caso dos cronistas, o historiador é representado como homem de ação que propõe, nas letras, modelos de comportamento capazes de mover os públicos à imitação do bem e do bom. Uma história militante da fé e da saúde da república. No caso de Mendes Pinto, a desagregação de qualquer consciência – cristã ou de fidelidade ao príncipe – acerca das exigências de virtude para a felicidade do Estado garantir a justiça a todos, parece se tornar insensível e intangível a quaisquer reclamos das letras.

²⁰ Ver António Manuel de Andrade Moniz. “O itinerário espiritual do herói (*Metamorfoses*, de Apuleio, e *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto)”. In: *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e a perenidade da literatura de viagens*. João Carlos Carvalho (Org.). Lisboa: CLEPUL, 2015, pp. 103-116.

De modo sutil e galhofeiro, Mendes Pinto – que não era um ficcionista ou um historiador, mas que escreveu um dos livros mais importantes do século XVI -, anunciava com menos elegância que Barros e menos sisudez que Diogo do Couto, o *fracasso* das letras. Em outras palavras, anunciava o *fracasso* da *Ásia*.